

**COMPANHIA FORÇA E LUZ
CATAGUAZES-LEOPOLDINA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2005
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

Mensagem do Presidente

O ano de 2005 foi muito especial para a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL). O fato maior a se comemorar é o centenário de nossa Companhia – um século de prestação de serviços públicos para a sociedade brasileira. Fazer 100 anos indica muito mais do que tradição. Estar há 100 anos presente no mercado, e sempre crescendo, se traduz em qualidade de gestão, respeito pelo consumidor e acionistas, capacidade de atravessar por períodos de crescimento, bem como de superar crises. Ainda, especialmente, reflete uma cultura corporativa que é sinônimo de dedicação, empenho e seriedade de todos os colaboradores que trabalham ou já participaram da história do Sistema Cataguazes-Leopoldina (SCL).

Adicionalmente ao centenário, celebramos os resultados alcançados por uma gestão eficiente que atravessou exemplarmente um difícil período, ocasionado pelo racionamento energético imediatamente posterior a um período de grandes investimentos por parte da Companhia. O foco do planejamento estratégico, estabelecido após o racionamento, permitiu que a Companhia ajustasse seu endividamento, fortalecesse seu balanço e, ao mesmo tempo, continuasse a distribuir dividendos aos seus acionistas, como vem sendo feito de forma contínua desde 1911.

Nesse sentido, comemoramos o lucro obtido em 2005, por todas as controladas do Sistema Cataguazes Leopoldina, resultando à CFLCL um lucro líquido consolidado de R\$41,3 milhões, e uma geração operacional de caixa (EBITDA ajustado), apurada no período, de R\$453 milhões, contra R\$382 milhões totalizados no exercício anterior, demonstrando a manutenção de um crescimento consistente no período de três anos pós-acionamento de 26% ao ano. Nesse cenário, revela-se a eficácia do conjunto de medidas tomadas pela administração, com a dedicação dos mais de quatro mil funcionários e o apoio dos investidores e acionistas.

As medidas adotadas nestes últimos três anos buscaram reequilibrar a estrutura de capital, adequar o perfil da dívida, reduzir custos e gerar caixa adequado, fundamentos que permitirão à empresa continuar trilhando o caminho do crescimento sustentado no longo prazo. Entre as operações financeiras de 2005, destacam-se: a conclusão da operação de venda da subsidiária Cat-Leo Energia, por meio da qual foram obtidos expressivos recursos da ordem de R\$176 milhões, além da transferência de dívidas das usinas alienadas, no valor de R\$89 milhões; a captação de R\$210 milhões através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) distribuídos entre as empresas do SCL; as contratações de empréstimos sindicalizados, notadamente para as subsidiárias do SCL localizadas no Nordeste, no total de R\$215 milhões; o lançamento da primeira operação de emissão de títulos no mercado internacional para a Companhia, através do programa de *Short Term Note*, integralmente protegida de risco cambial, no montante de US\$31 milhões. Tais transações nos permitem projetar para 2006 uma relevante melhoria no fluxo de caixa e redução dos custos financeiros das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina.

Paralelamente, demos prosseguimento ao Programa de Gestão Estratégica, iniciado em 2002, com o objetivo de obter resultados, na gestão operacional e regulatória, que nos qualificam entre as melhores Companhias do país no negócio de distribuição de energia elétrica. Nesse sentido, alcançamos excelentes resultados no combate à inadimplência dos consumidores, recuperando créditos e negociando débitos históricos com o poder público. Destacam-se também, a redução de perdas técnicas e comerciais, e a preocupação constante no oferecimento de serviços com qualidade e continuidade para nossos mais de 1,9 milhão de consumidores. O Sistema Cataguazes-Leopoldina também investiu na expansão de sua atuação, principalmente na área de distribuição, por meio dos programas “Universalização de Energia Elétrica”

e “Luz Para Todos”, os quais resultaram na adição de aproximadamente 53 mil novos clientes em nossas áreas de concessão, ao final de 2005.

Outro fator de destaque do ano, e que deve ser celebrado, é o fim das controvérsias e disputas judiciais que vinham ocorrendo, há mais de dois anos, com um acionista minoritário que resolveu finalizar suas operações no país, vendendo à Sobrapar, Sociedade Brasileira de Organização e Participações Ltda., e seu controlador, Sr. Antônio José de Almeida Carneiro, 100% das quotas representativas de seu capital social na CFLCL e suas subsidiárias. Após à aquisição, os compradores deram curso ao cancelamento de todos os litígios de forma definitiva. Com isso, encerra-se um período conturbado nas relações societárias, o que permitirá à administração concentrar todos seus esforços na boa gestão dos negócios.

Celebramos, ainda, a conquista de prêmios e reconhecimentos do mercado, em relação ao nosso trabalho. A CFLCL foi agraciada pela terceira vez consecutiva, com o Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) na categoria Responsabilidade Social; a Companhia Energética da Borborema (CELB) foi premiada na categoria Qualidade da Gestão; e, mais uma vez, a CELB recebeu o 1º lugar no Prêmio Procel, concedido anualmente pela Eletrobrás para as melhores soluções em eficiência energética, na categoria empresas do setor energético.

Em relação ao futuro, estamos otimistas. Acreditamos no crescimento da Companhia, acompanhando o crescimento do país. A qualidade da nossa administração e de nossa equipe, nossa experiência no negócio, bem como o favorável cenário macroeconômico brasileiro, nos reforçam a certeza de que temos um horizonte de expansão e conquistas pela frente.

No limiar deste novo século da Companhia, agradecemos a dedicação e trabalho dos colaboradores de todo o Sistema Cataguazes-Leopoldina, o apoio de investidores, credores e fornecedores, a fidelidade de nossos clientes, e renovamos o compromisso de continuar trabalhando dentro dos mais altos padrões de qualidade, para oferecer o melhor serviço aos nossos consumidores, gerar valor aos nossos acionistas, respeitar o meio ambiente e permanecer conscientes da responsabilidade social com as comunidades em que temos o privilégio de operar.

Cataguases, 27 de março de 2006.

Ivan Muller Botelho
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração

A seguir, apresentamos o Relatório de Administração da CFLCL, submetendo à V.Sas apreciação dos fatos e eventos marcantes do ano, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.

1. Perfil do Negócio

A CFLCL (Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina) é a empresa que deu origem ao Sistema Cataguazes Leopoldina (SCL). Trata-se de uma sociedade de participações, holding operacional, que de forma direta e indireta detém o controle acionário das seguintes empresas: CENF, Energipe, CELB, Saelpa, UTE-JF, CAT-LEO CISE, Cataguazes Serviços Aéreos (CSA) e Teleserv (LIG-TV). Em 1907, dois anos após sua fundação, obteve o registro nº 3 da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para negociação de suas ações no mercado.

O SCL atua nas áreas de distribuição e geração de energia, detendo cinco distribuidoras no país. Atendendo a uma população de 6,5 milhões, espalhada por 91.134 Km² nos estados da Paraíba, Sergipe, bem como em algumas regiões do Rio de Janeiro e Minas Gerais, atualmente, conta com 1,9 milhão de consumidores, e mais de 4 mil colaboradores diretos.

Empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina

Distribuição

- a. CFLCL: Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, fundada em 1905. Atua na geração e distribuição de energia, atendendo a 68 municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Fornece energia para uma população de 1 milhão de pessoas, tendo 316 mil consumidores, em uma área total de 16.331 Km².
- b. CENF: Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo, fundada em 1924. A CENF atua na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Fornece energia para o município de Nova Friburgo (RJ), importante pólo industrial e de serviços, localizado na região serrana do Rio de Janeiro. Atende a 83 mil consumidores, cobrindo uma população de 200 mil pessoas.
- c. ENERGIPE: Empresa Energética de Sergipe S.A., fundada em 1959 e adquirida em leilão de privatização em dezembro de 1997. Atende a 468 mil consumidores, espalhados por 63 municípios, que representa 96% do território do Estado de Sergipe, e cobre uma população de 3 milhões de pessoas.
- d. CELB: Companhia Energética da Borborema, fundada em 1966 e adquirida em leilão de privatização em dezembro de 1999. Atende a 139 mil consumidores, concentrados principalmente no município de Campina Grande (PB), cobrindo uma população de 450 mil pessoas.
- e. SAELPA: Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, fundada em 1964 e adquirida em leilão de privatização em dezembro de 2000. Atende a 885 mil consumidores, espalhados por 216 municípios, concentrados em uma das áreas de maior crescimento do Nordeste brasileiro, fornecendo energia a 1,7 milhão de pessoas.

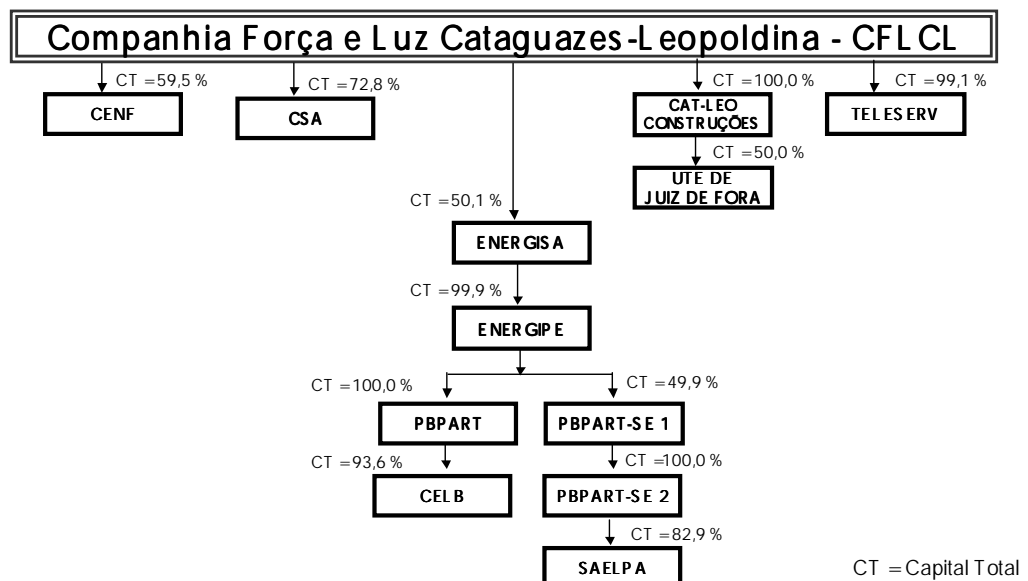
Geração

- f. UTE-JF: Usina termelétrica de Juiz de Fora S.A., fundada em 2000. A primeira usina a gás natural, no estado de Minas Gerais, com capacidade instalada de geração de 87 MW.

Serviços

- g. Cat-Leo CISE: fundada em 2004, atua na operação e manutenção de usinas hidrelétricas para terceiros, construção e repotenciação de unidades geradoras, gerenciamento de obras, montagem e fornecimento de equipamentos eletromecânicos e hidromecânicos, obras civis e serviços de engenharia.
- h. CSA: Cataguazes Serviços Aéreos de Prospecção S.A., fundada em 2000. Atua no mercado de serviços de inspeção termográfica aérea e içamento de cargas.
- i. Teleserv (LIG-TV): fundada em 1997. Empreendimento na área de TV por assinatura e banda larga sem fio, na cidade de Aracaju. Opera com o sistema MMDS *Multipoint Multichannel Distribution Service*, com tecnologia digital.

**Sistema Cataguazes-Leopoldina
Estrutura Societária**



2. O Cenário Macro-Econômico e o Setor

No ano de 2005, a economia brasileira continuou a apresentar sólidos e bons resultados, indicando sua estabilidade. Ainda que o PIB tenha totalizado um crescimento abaixo do esperado, 2,3%, há sólidos pilares a serem comemorados. A estabilidade da economia foi comprovada pela sua independência em relação às instabilidades políticas do país; a Balança Comercial apresentou superávit recorde; a moeda nacional se fortaleceu frente ao dólar. A economia ainda persiste com alto nível de taxa de juros, entretanto, as reduções ocorridas ao longo do exercício

possibilitaram a redução do desemprego, maior oferta de crédito e aumento do consumo.

Nesse cenário, o setor elétrico acompanhou o bom momento do país, e houve aumento do consumo, em especial nos segmentos residencial e comercial, contribuindo para a superação da crise energética do país, que vinha afetando os resultados do setor nos últimos anos.

3. Revisão Tarifária

Em 2005, encerrou-se o primeiro ciclo de revisões tarifárias de todas as empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina. A última empresa a passar por esse processo, foi a Saelpa, cuja homologação ocorreu em 28/08/2005. Dessa maneira, todas as empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina estão com suas tarifas definidas até o início do segundo ciclo, o qual ocorrerá em abril de 2008, com a revisão tarifária da Energipe, CFLCL e CENF. Em 2009, acontecerão as revisões de tarifas da CELB e Saelpa.

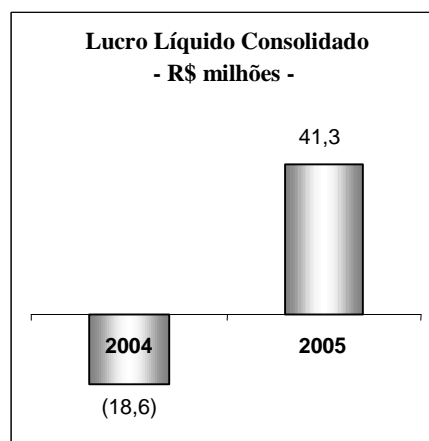
4. Desempenho Financeiro e Operacional

Lucro Líquido do exercício

Todas as distribuidoras, geradoras e prestadoras de serviços de energia elétrica do Sistema Cataguazes-Leopoldina apresentaram em 2005 recuperações expressivas de resultados, o que permitiu à CFLCL contabilizar, nesse ano, um lucro líquido consolidado de R\$41.258 mil (R\$38.545 mil na controladora CFLCL), ante um prejuízo consolidado de R\$18.618 mil em 2004 (R\$20.048 mil na controladora CFLCL). O resultado da controladora representa um lucro de R\$0,29 por lote de mil ações em circulação do seu capital social e uma rentabilidade de 12,5% sobre o patrimônio líquido do início do exercício.

Os resultados das referidas empresas, em 2005, são os seguintes:

| Empresa | Lucro Líquido (Prejuízo) – R\$ mil | | |
|--------------------------|------------------------------------|-----------------|-------------------------|
| | 2005 | 2004 | Variação % 2005/2004 |
| CFLCL | 38.545 | (20.048) | - |
| CENF | 11.765 | 5.139 | + 129 |
| Energipe | 67.311 | 17.578 | + 283 |
| CELB | 4.935 | 2.996 | + 65 |
| Saelpa | 72.058 | 20.886 | + 245 |
| Cat-Leo Cise | 5.154 | 1.241 | + 315 |
| UTE de Juiz de Fora | 20.656 | 19.692 | + 5 |
| CFLCL Consolidada | 41.258 | (18.618) | - |

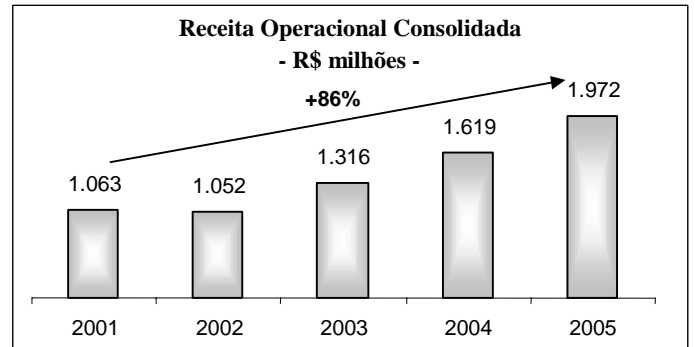


Ainda que tenham ocorrido operações extraordinárias nesse exercício, na sua maioria ligadas à adequação da estrutura de capital, redução de custos e alongamento de dívidas, os resultados operacionais tiveram uma importante contribuição positiva no desempenho das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina.

Receita operacional: a receita operacional bruta consolidada da CFLCL atingiu R\$1.971.920 mil em 2005, cerca de 22% acima da registrada em 2004. O crescimento

da receita, por empresa do Sistema Cataguazes-Leopoldina, está dividido da seguinte maneira:

| Empresa | Receita Operacional Bruta (R\$ mil) | Variação % 2005/2004 |
|--------------------------|-------------------------------------|----------------------|
| CFLCL | 404.328 | + 21,4 |
| CENF | 114.920 | + 23,1 |
| Energipe | 543.553 | + 15,6 |
| CELB | 117.278 | + 9,1 |
| Saelpa | 711.072 | + 24,4 |
| Cat-Leo Cise (*) | 37.643 | + 989,8 |
| UTE de Juiz de Fora | 104.363 | + 1,2 |
| CFLCL Consolidada | 1.971.920 | + 21,8 |

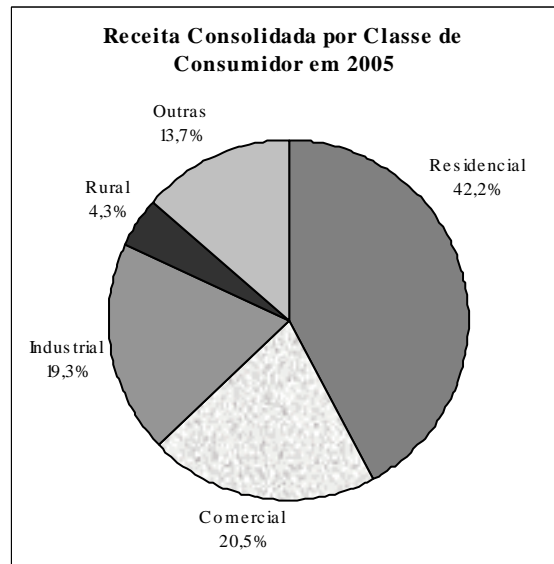


(*) Empresa constituída em novembro de 2005.

Diversos fatores contribuíram para o desempenho positivo da receita operacional, dentre eles:

a) os reajustes tarifários de energia elétrica e seus respectivos inícios de vigência: CELB (9,30% - 04/02/2005); Energipe (19,84% - 22/04/2005); CFLCL (4,24% - 18/06/2005); CENF (9,75% - 18/06/2005) e Saelpa (14,26% - 28/08/2005). A evolução do mercado e o reajuste das tarifas, combinado com a homologação do resultado final da primeira revisão tarifária da CFLCL, CENF, Energipe e Saelpa, também resultaram em um ativo regulatório (receita advinda dos ajustes de revisão tarifária) de R\$40.650 mil.

b) a recuperação do consumo de energia elétrica, em especial das classes residencial e comercial, de maior valor agregado. Em relação a 2004, o consumo consolidado dessas classes mostra, em 2005, aumento de 4,4% e 7,0%, respectivamente (3,9% e 7,6% na controladora CFLCL). Com isso, a participação das receitas consolidadas de vendas de energia elétrica para essas classes de consumidores, em relação ao total faturado no mercado próprio, passou de 60,4% (41,2% da classe residencial e 19,2% da classe comercial), em 2004, para 62,7% (42,2% da classe residencial e 20,5% da classe comercial), em 2005.



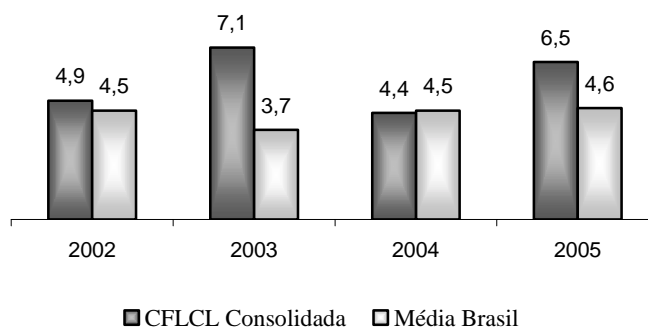
Mercado de Energia Elétrica em 2005 (MWh)

| Descrição | Controladora | Consolidada |
|--|------------------|------------------|
| a) Vendas de Energia Mercado Próprio | 923.499 | 5.553.213 |
| • Residencial | 307.172 | 1.834.403 |
| • Industrial | 243.378 | 1.442.367 |
| • Comercial | 142.093 | 938.083 |
| • Rural | 114.794 | 380.535 |
| • Outras classes | 116.062 | 957.825 |
| b) Demanda dos Consumidores Livres (CL) | 141.937 | 1.024.023 |
| c) Demanda Total de Energia (a+b) | 1.065.436 | 6.577.236 |
| Varição da Demanda Total de Energia - % (*) | + 3,8 | + 6,5 |
| • Residencial | + 3,9 | + 4,4 |
| • Industrial + CL | + 2,3 | + 6,5 |
| • Comercial | + 7,6 | + 7,0 |
| • Rural | + 5,2 | + 16,1 |
| • Outras classes | +3,2 | + 6,4 |

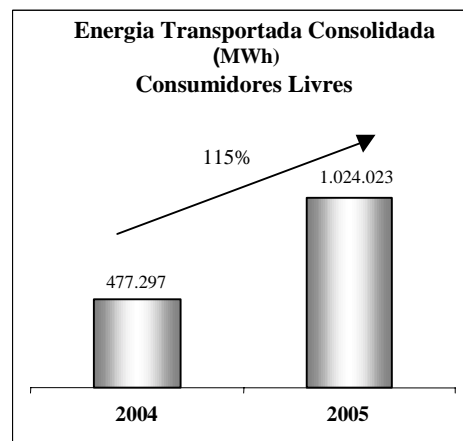
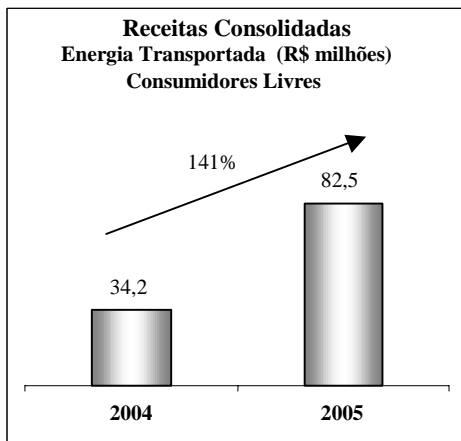
(*) Variação % em relação a 2004

Considerando a demanda dos consumidores livres (1.024.023 MWh), o consumo de energia elétrica, em 2005, nas áreas de concessão das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina totaliza 6.577.236 MWh (1.065.436 MWh na área da controladora CFLCL), o que representa um aumento de 6,5% (3,8% na área da controladora CFLCL), vis-à-vis à demanda registrada em 2004. Tal dado é bastante representativo, principalmente, quando comparado aos seguintes crescimentos do consumo de energia: no Brasil, de 4,6%; na região Sudeste, de 4,8%; e na região Nordeste, de 5,3%.

Taxa % de Crescimento do Mercado de Energia
vis-à-vis média Brasil



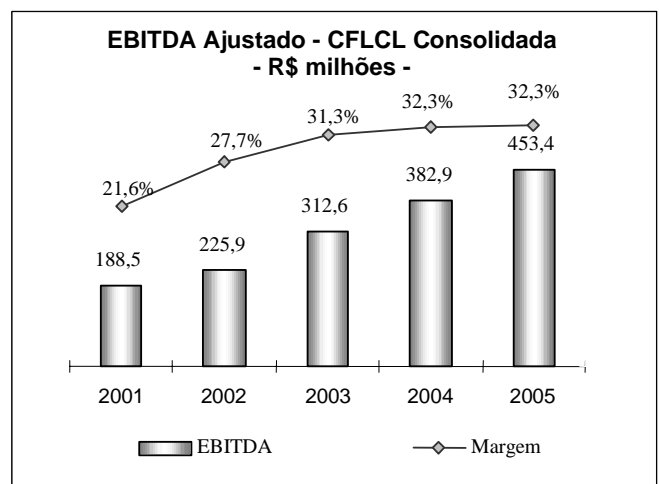
c) o aumento de 141,2% nas receitas consolidadas provenientes dos consumidores livres pela utilização da infra-estrutura de distribuição de energia elétrica das empresas do sistema Cataguazes-Leopoldina, cujo montante, em 2005, atingiu R\$82.495 mil, contra R\$34.195 mil no exercício anterior. O volume consolidado de energia transportada para os consumidores livres atingiu 1.024.023 MWh em 2005, contra 477.297 MWh em 2004.



Resultado do serviço (EBIT) e geração de caixa (EBITDA ajustado): os custos e as despesas operacionais consolidadas da CFLCL, totalizaram R\$1.032.296 mil, em 2005, representando um aumento de 11,2%, comparativamente a 2004. Tais custos e despesas equivalem a 73,7% (77,3% na controladora CFLCL) das receitas operacionais líquidas consolidadas, contra 78,3% (83,4% na controladora CFLCL), em 2004. Conseqüentemente, o resultado do serviço de energia elétrica consolidado cresceu 43,2% (65,7% na controladora CFLCL), atingindo R\$369.171 mil (R\$66.264 mil na controladora CFLCL), em 2005. Por sua vez, a geração operacional de caixa consolidada (EBITDA ajustado) foi 18,4% (52,9% na controladora CFLCL) maior do que a apresentada em 2004, totalizando R\$453.367 mil, o que representa uma margem EBITDA consolidada de 32,3% (32,7% na controladora CFLCL).

A margem consolidada de EBITDA vem apresentando melhoria contínua desde o racionamento de energia, que ocorreu durante a crise energética de 2001/2002. Nos últimos quatro anos o EBITDA ajustado consolidado da CFLCL cresceu 140%, um crescimento médio de 24,4% ao ano. A seguir, estão demonstradas as gerações de caixa (EBITDA ajustado) das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina.

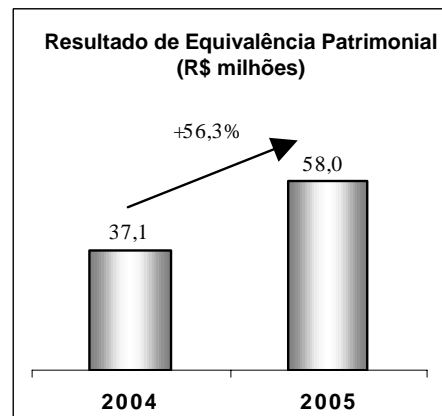
| Empresa | Geração de Caixa EBITDA Ajustado (R\$ mil) | |
|--------------------------|---|----------------|
| | 2005 | 2004 |
| CFLCL | 95.352 | 62.348 |
| CENF | 21.910 | 12.133 |
| Energipe | 147.610 | 125.229 |
| CELB | 17.867 | 19.902 |
| Saelpa | 155.074 | 109.932 |
| Cat-Leo Cise | 489 | 727 |
| UTE de Juiz de Fora | 31.368 | 43.497 |
| CFLCL Consolidada | 453.367 | 382.930 |



EBITDA Ajustado = Resultado do serviço + Depreciação + Receitas de Acréscimos Moratórios +/- Provisões

Resultado de equivalência patrimonial: em face dos desempenhos das subsidiárias da CFLCL, o resultado de equivalência patrimonial cresceu 56,3% em 2005, atingindo R\$57.985 mil, ante os R\$37.099 mil registrados em 2004.

| Empresa | Equivalência Patrimonial | | Variação % 2005/2004 |
|----------------------|--------------------------|--------|-------------------------|
| | 2005 | 2004 | |
| Energisa (*) | 35.231 | 9.000 | + 291 |
| CENF | 6.832 | 3.056 | + 124 |
| Cat-Leo Energia (**) | 10.441 | 23.926 | - 56 |
| CAT-LEO CISE | 5.283 | 1.241 | + 326 |
| Outras | 198 | (124) | - |

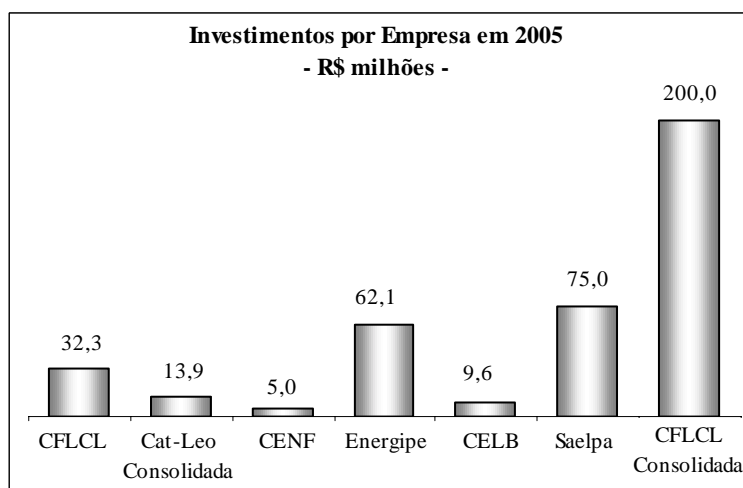


(*) Controladora direta da Energipe e indireta da CELB e Saelpa.

(**) Alienada em abril de 2005

5. Investimentos

Em 2005, a CFLCL e suas controladas investiram R\$200,0 milhões (R\$193,7 milhões em 2004) na ampliação das suas redes de distribuição de energia elétrica, manutenção e melhoria da qualidade dos serviços prestados. Aproximadamente R\$190,2 milhões foram destinados à transmissão e distribuição e R\$9,8 milhões à geração de energia elétrica. Os programas “Universalização de Energia Elétrica” e “Luz para Todos” absorveram R\$87,7 milhões. “Luz para Todos” é um programa do governo federal, que visa universalizar o acesso ao serviço de ligação elétrica nas zonas rurais do país, para o qual as empresas do SCL contam com recursos a fundo perdido ou a custos baixos, da ordem de 85%, em média.



Programa “Luz para Todos”

| Descrição | CFLCL | CENF | Energipe | CELB | Saelpa | Total |
|---------------------------------|--------|-------|----------|-------|--------|--------|
| Consumidores a atender | 5.631 | 404 | 22.393 | 2.850 | 44.100 | 75.378 |
| Ligações executadas em 2004 | - | - | 233 | 2 | 66 | 301 |
| Ligações executadas em 2005 | 2.970 | 340 | 7.716 | 664 | 6.980 | 18.670 |
| Total de ligações já executadas | 2.970 | 340 | 7.949 | 666 | 7.046 | 18.971 |
| Consumidores a atender | 2.661 | 64 | 14.444 | 2.184 | 37.054 | 56.407 |
| Ano de conclusão | 2006 | 2006 | 2006 | 2005 | 2008 | - |
| Investimentos em 2005 (R\$ mil) | 13.181 | 2.294 | 41.975 | 2.465 | 27.737 | 87.652 |

6. Inadimplência e Redução de Perdas

As distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina mantêm um foco permanente na redução da inadimplência dos consumidores e das perdas técnicas/comerciais.

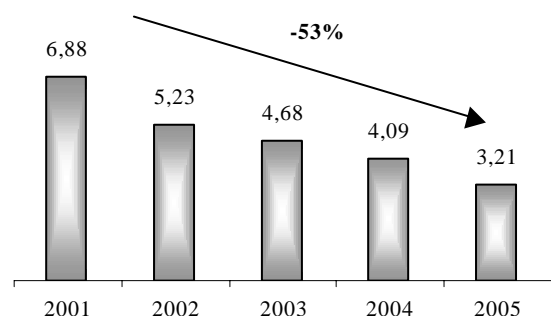
Excelentes resultados têm sido alcançados no combate à inadimplência dos consumidores, por meio do incentivo à adimplência e negociações intensas com o poder público, categoria onde se encontra as maiores inadimplências. Em 2005, foram recuperados créditos e negociados débitos históricos, com destaque para as negociações de débitos com governos estaduais e prefeituras municipais. Como exemplo, podemos citar o caso das negociações da CELB e Saelpa, na Paraíba, envolvendo, de um lado, débitos de energia elétrica de várias instituições estaduais, e do outro, pagamentos de impostos relativos às empresas, em um acordo de benefício mútuo. Tais operações resultaram em encontro de contas entre o Governo do Estado da Paraíba e 213 municípios, permitindo que determinados débitos destas prefeituras com a Saelpa e CELB fossem quitados, o que possibilitou a reversão de provisões para devedores duvidosos, no montante de R\$29.116 mil.

O índice consolidado de inadimplência dos consumidores do Sistema Cataguazes-Leopoldina reduziu-se em cerca de 22% em 2005, com relação a 2004, acumulando queda de 53% nos últimos quatro anos.

No combate às perdas, destacam-se as inspeções em unidades consumidoras e a regularização de ligações clandestinas. As perdas consolidadas de energia totalizaram 14,85% ao final do exercício.

Perdas de Energia e Inadimplência dos Consumidores

| Empresa | Perdas de Energia (%) | | Inadimplência dos Consumidores (%) | |
|--------------------|-----------------------|--------------|------------------------------------|-------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| CFLCL | 9,74 | 9,78 | 2,85 | 3,67 |
| CENF | 8,41 | 8,54 | 2,48 | 2,10 |
| Energipe | 11,85 | 11,99 | 2,72 | 2,93 |
| CELB | 8,97 | 8,71 | 3,03 | 3,33 |
| Saelpa | 21,33 | 20,39 | 3,93 | 5,67 |
| Consolidada | 14,85 | 14,51 | 3,21 | 4,09 |



7. Melhoria da Estrutura de Capital e Alongamento do Perfil da Dívida

Adicionalmente às medidas que buscaram adequar a estrutura de capital por meio de alienação de ativos, a administração manteve-se empenhada em reduzir e melhorar o perfil do endividamento consolidado, buscando instrumentos que permitam diminuir os custos das dívidas de curto prazo e, conseqüentemente, proporcionar um alongamento natural do seu perfil. Dentre as operações realizadas no exercício, merecem destaque:

- a conclusão da venda da Cat-Leo Energia, que representou um ingresso de R\$176 milhões, além de gerar um ganho de R\$36,7 milhões (antes dos impostos), transferiu dívidas das usinas alienadas no valor de R\$89,3 milhões;
- a captação em julho de 2005 de R\$210 milhões através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), que foram distribuídos da seguinte forma: R\$50 milhões na CFLCL; R\$10 milhões na CENF; R\$65 milhões na Energipe; R\$15 milhões na CELB e R\$70 milhões na Saelpa;

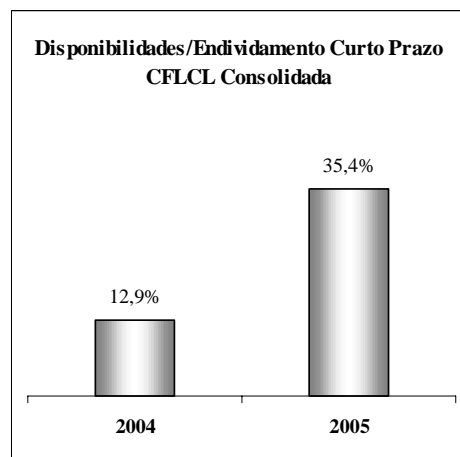
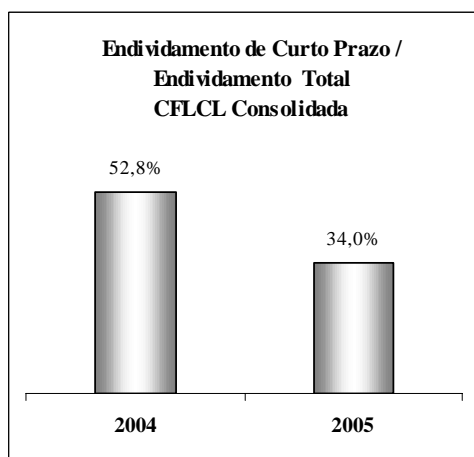
- as contratações de empréstimos sindicalizados, ao longo do segundo semestre, no total de R\$215 milhões, notadamente para as subsidiárias do Nordeste;
- o lançamento, em novembro de 2005, da primeira operação de títulos no mercado internacional por meio da CFLCL, em seu programa de *Short Term Note*, no montante de US\$31 milhões, integralmente protegido de risco cambial, de um total autorizado de US\$150 milhões. Em fevereiro de 2006, foi captada uma segunda tranche de US\$16 milhões;
- o resgate antecipado de 35 debêntures da 1ª série e 4 debêntures da 2ª série da 6ª emissão, em uma operação de R\$18.891 mil, realizada no terceiro trimestre do exercício;
- a deliberação, em 21/02/2006, pelo Conselho de Administração, do aumento de capital da Companhia, no montante de R\$100 milhões, mediante a subscrição privada de 43.859.650.000 novas ações ordinárias.

Todas as operações acima citadas nos permitem projetar para 2006 uma sensível melhoria no fluxo de caixa da CFLCL e de suas controladas, em face da redução do custo médio das dívidas, que passou de CDI + 7,8% ao ano, em 31 de dezembro de 2004, para CDI + 4,7% ao ano, em 31 de dezembro de 2005.

Na estrutura de capital da CFLCL, observa-se que o endividamento oneroso líquido consolidado reduziu 2,7% em 2005, a despeito do CDI médio de 19,0% no exercício. Em comparação com 2004, foram obtidos avanços em importantes medidas relacionadas à qualidade de crédito. A razão do endividamento oneroso líquido consolidado por EBITDA ajustado consolidado caiu de 2,8x para 2,3x. Por sua vez, o capital circulante líquido negativo consolidado mostra redução de R\$504.465 mil, em 31 de dezembro de 2004, para R\$163.358 mil, em 31 de dezembro de 2005, ante ao EBITDA consolidado de R\$453.367 mil registrado em 2005, dados que revelam a importância das citadas operações para a adequação desse indicador financeiro.

| Descrição | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | <u>2005</u> | <u>2004</u> | <u>2005</u> | <u>2004</u> |
| Endividamento Oneroso Líquido (*) – R\$ mil | 302.264 | 363.912 | 1.055.831 | 1.084.996 |
| Patrimônio Líquido + Participação Minoritária – R\$ mil | 328.902 | 307.675 | 906.204 | 802.471 |
| Disponibilidades (Caixa e Aplicações Financeiras) | 46.365 | 26.333 | 196.819 | 84.904 |
| Ativo Total – R\$ mil | 1.033.470 | 977.978 | 3.016.279 | 2.977.121 |
| Endividamento Oneroso Líquido / EBITDA Ajustado | 3,1 | 5,8 | 2,3 | 2,8 |
| Endividamento O. Líquido Curto Prazo / Endividamento Líquido Total (%) | 39,3 | 63,8 | 34,0 | 52,8 |
| Disponibilidades / Endividamento Oneroso de Curto Prazo (%) | 28,1 | 10,2 | 35,4 | 12,9 |
| Endividamento Oneroso Líquido / Ativo Total (%) | 29,2 | 37,2 | 35,0 | 36,4 |
| EBITDA / Resultado Financeiro | 0,8 | 0,6 | 1,8 | 1,7 |
| Grau de Capitalização (%) | 52,1 | 45,8 | 46,2 | 42,5 |

(*) Endividamento Oneroso Líquido = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures + Encargos de Dívidas – Ativo Regulatório – CVA – Saldo de Caixa



A administração das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina continua empenhada na melhoria do perfil de crédito da CFLCL e de suas controladas, buscando medidas para uma redução, ainda maior, do custo de capital, e o alongamento dos prazos das dívidas, os quais, aliados à melhorias importantes na capacidade de geração de resultado e de caixa, diminuirão a necessidade de refinanciamento dos seus passivos e aumentarão o lucro líquido da Companhia. Nesse sentido, o aumento de capital na CFLCL, proposto em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2006, no montante de R\$100 milhões, representa uma importante contribuição dos acionistas para alcance desse objetivo, reduzindo o equivalente a 9% do seu endividamento oneroso líquido consolidado.

8. Geração de Energia

O SCL gerou no exercício 486,4 GWh em suas usinas: CFLCL (207,3 GWh), CENF (56,6 GWh) e UTEJF (222,5 GWh). Esse volume representa 9% das vendas consolidadas da CFLCL no mercado próprio.

O Sistema Cataguazes Leopoldina, dentro de sua estratégia de reequilíbrio de estrutura de capital, diminuição dos custos, adequação do perfil da dívida e atendimento aos preceitos da desverticalização, se desfez, nos últimos anos, de ativos em geração de energia, e procurou focar no negócio de distribuição, cuja performance tem garantido melhores e consistentes resultados.

No entanto, o foco em distribuição e na venda de ativos em geração, nasceu de uma necessidade pontual, cuja estratégia reside no reequilíbrio do fluxo de caixa. Sendo assim, atingido seu objetivo e com o mercado indicando boas perspectivas e taxas de retorno atraentes para o negócio de geração, a Companhia certamente estará atenta às oportunidades em tal área de negócios, também.

9. Governança Corporativa e Mercado de Capitais

A administração da CFLCL é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, sendo o Conselho Fiscal instalado, sempre que eleito pela Assembléia Geral. Dos sete membros do Conselho de Administração da CFLCL, atualmente três assentos estão dedicados a minoritários.

A Companhia mantém ações ordinárias (FLCL3) e preferenciais classe A (FLCL5) e classe B (FLCL6), negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e ADRs – American Depositary Receipts, (CFLCY – Ordinárias e CFLPY – Preferenciais “A”), de nível 1.

Tag Along: a CFLCL concedeu Tag Along à razão de 80%, em caso de oferta pública de alienação de controle, aos seus acionistas preferencialistas.

Relacionamento com Investidores: a política de divulgação de informações ao mercado, através de boletins mensais, está centralizada, principalmente, no site da Companhia: www.cataguazes.com.br

10. Desempenho das ações na Bovespa

Em 2005, as ações preferenciais classe “A” da CFLCL, de maior liquidez, apresentaram uma lucratividade de 24,1% na Bolsa de Valores de São Paulo, ante uma valorização de 27,7% do Ibovespa – Índice da Bolsa de Valores de São Paulo. Ao final do ano, as ações preferenciais classe “A” da CFLCL foram cotadas a R\$1,90 por lote de mil ações, ante o seu valor patrimonial de R\$2,67 por lote de mil ações.

11. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Em face dos resultados alcançados em 2005, as administrações da CFLCL e de suas controladas proporão à Assembléia Geral, a realizar-se brevemente, as seguintes distribuições de dividendos e juros sobre o capital próprio:

| Empresa | Provento | Unidade | Ordinárias | Preferenciais / “A” | Preferenciais / “B” | Montante Total (R\$ mil) |
|--------------|------------------------|-----------------|------------|---------------------|---------------------|-----------------------------|
| CFLCL | Dividendos | R\$ / mil ações | - | 0,2092 | 0,1255 | 16.723 |
| CENF | Dividendos e Juros (*) | R\$ / mil ações | 117,863984 | 117,863984 | - | 11.397 |
| Energisa | Dividendos | R\$ por ação | 0,343553 | - | - | 13.031 |
| Energipe | Dividendos | R\$ por ação | 120,39118 | 637,24 | - | 14.608 |
| CELB | Dividendos | R\$ por ação | 2,737121 | 11,097836 | - | 1.080 |
| Saelpa | Dividendos | R\$ / mil ações | 22,010591 | 24,8085 | 24,8085 | 16.406 |
| CAT-LEO Cise | Dividendos | R\$ / mil ações | 26,676263 | - | - | 1.224 |

(*) Em 21 de dezembro de 2005, foram pagos antecipadamente pela CENF dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$50,9951 por mil ações ordinárias ou preferenciais, dos quais R\$14,40 por lote de mil ações em dividendos.

Do montante a ser distribuído pela controladora CFLCL, apenas 31,7% (R\$5.296 mil) serão efetivamente pagos a curto prazo, haja visto compromissos contratuais assumidos pelos acionistas, em favor dos terceiros debenturistas e da subordinação à escritura da 6ª emissão de debêntures da Companhia.

12. Relacionamento com Consumidores – Excelência no Atendimento

O SCL busca fornecer continuamente serviços de elevada qualidade para seus consumidores. Para tanto, ao longo dos últimos anos, vem se empenhando na conquista de certificações de processos (reconhecidas internacionalmente) que resultem em garantia de qualidade no atendimento ao cliente e confiabilidade de seus serviços. Somente em 2005, foram obtidas 16 certificações pela norma ISO 9001:2000, dentre os quais citamos três como exemplo: atendimento ao cliente, via central de soluções – *call center*; manutenção, calibração e ensaios em medidores de energia elétrica; e inspeção em instalações de medição de faturamento.

Os indicadores de qualidade e continuidade dos serviços DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por

Cliente), das empresas do SCL estão consideravelmente abaixo dos limites estipulados pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), com exceção da CELB e SAELPA, cujos limites têm sido comprometidos, em virtude das características das localidades e fatores climáticos, bem como dos alimentadores de tais conjuntos elétricos.

DEC e FEC em 2005

| Companhia | DEC (horas) | Limite ANEEL DEC (horas) | FEC (vezes) | Limite ANEEL FEC (vezes) |
|-----------|-------------|--------------------------|-------------|--------------------------|
| CFLCL | 9,70 | 12,43 | 8,48 | 14,25 |
| CENF | 18,77 | 20,00 | 14,96 | 25,00 |
| Energipe | 13,60 | 19,35 | 9,85 | 18,98 |
| CELB | 21,56 | 21,15 | 14,97 | 21,24 |
| Saelpa | 47,28 | 37,90 | 18,83 | 35,40 |

13. Recursos Humanos

O SCL conta com uma força de trabalho composta por 4.000 colaboradores diretos. O foco da política de Recursos Humanos reside na Saúde e Segurança do colaborador, bem como de terceiros. O SCL controla os indicadores de segurança no trabalho, por meio de uma política rigorosa, que vêm acarretando resultados bastante positivos.

Adicionalmente à saúde e segurança, o SCL investe consistentemente em aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional de seus colaboradores, por meio de cursos, seminários, palestras e implantação de novas tecnologias. Em 2005, foram investidos R\$1.684 mil em aproximadamente 117 mil horas de treinamento, dos quais R\$289 mil em 26 mil horas de treinamento pela controladora CFLCL.

14. Reconhecimentos

A CFLCL recebeu em 2005 os seguintes prêmios, em reconhecimento à qualidade de seus serviços e compromisso com a sociedade:

- **CFLCL:** Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) na categoria Responsabilidade Social;
- **CELB (Companhia Energética da Borborema):** Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) na categoria Qualidade da Gestão;
- **CELB (Companhia Energética da Borborema):** 1º lugar no Prêmio Procel, concedido anualmente pela Eletrobrás para as melhores soluções em eficiência energética, na categoria empresas do setor energético.

15. Responsabilidade Social e Ambiental

O SCL entende a importância de um olhar atento sobre a comunidade em que atua, e, com a finalidade de, adicionalmente aos serviços que oferece, promover maior bem estar à sociedade, criou, em 1985, a Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, a qual centraliza as atividades de responsabilidade social do Sistema Cataguazes Leopoldina. Atuando junto à comunidades carentes das regiões urbanas em que operam as empresas do SCL, a Fundação tem como objetivo o desenvolvimento de projetos e programas de cunho cultural, voltados ao público jovem.

Dentre os destaques de suas atividades, encontram-se:

- as Usinas Culturais, centros de promoção da educação artística, atividades, patrocínio cultural e desenvolvimento social. Atualmente, há Usinas Culturais nas seguintes cidades: Cataguases, Muriaé, Manhaçu, Ubá, Rio Novo, Guarani, Nova Friburgo e João Pessoa;
- o CTM – Centro de Tradições Mineiras – em Cataguases, onde é desenvolvido o projeto que atende a mais de 1.000 jovens carentes: Café com Pão, Arte ConFusão.
- a Super Estação de Energia da CELB, um espaço para visitação pública, que permite o conhecimento de alguns dos principais fundamentos da Física, de forma lúdica, interativa e educativa.
- a ampliação da Usina Cultural da Saelpa, com a inauguração em junho de 2005 do Espaço Energia Saelpa, considerado pela Eletrobrás como “o primeiro centro de referência sobre eletricidade da América Latina”;
- a realização do I Cineport - Festival de Cinema de Países de Língua Portuguesa. Realizado em Cataguases, entre os dias 01 e 12 de junho, o festival reuniu cineastas, artistas e músicos de todas as nações que formam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

O comprometimento e seriedade com que desenvolve suas ações, levaram a CFLCL a obter, pela terceira vez consecutiva, o prêmio de melhor empresa em responsabilidade social concedido pela Abradee – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Com relação ao meio ambiente, a Companhia deu prosseguimento aos programas de reflorestamento das Pequenas Centrais Hidrelétricas e à conservação das RPPNs - Reservas Particulares do Patrimônio Natural - localizadas nas usinas: Maurício, em Leopoldina, e Coronel Domiciano, em Muriaé.

A seguir, informações relativas ao desempenho econômico-social da controladora CFLCL:

Balço Social da CFLCL

| 1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil) | <u>2005</u> | <u>2004</u> |
|---|--------------------|--------------------|
| 1.1 - Receita Operacional Líquida | 291.655 | 241.561 |
| 1.2 - Resultado Operacional | 9.098 | (17.309) |
| 1.3 - Folha de Pagamento Bruta | 24.780 | 21.870 |
| 2. Indicadores Laborais (R\$ mil) | | |
| 2.1 - Alimentação | 2.734 | 2.490 |
| 2.2 - Encargos Sociais Compulsórios | 5.929 | 5.444 |
| 2.3 - Previdência Privada | 341 | 337 |
| 2.4 - Saúde | 1.316 | 877 |
| 2.5 - Educação | 289 | 359 |
| 2.6 - Participação nos lucros | 1.797 | - |
| 2.7 - Outros Benefícios | 605 | 621 |
| Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7) | 13.011 | 10.128 |
| 3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil) | | |
| 3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais) | 112.766 | 92.639 |
| 3.2 - Contribuição para a Sociedade/Investimentos na Cidadania | 1.342 | 1.732 |
| 3.3 - Investimentos em Meio Ambiente | 753 | 172 |
| 3.4 - Programa Luz no Campo | 13.181 | - |
| 3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento | 1.534 | 1.649 |
| Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5) | 129.576 | 96.192 |
| 4. Indicadores do Corpo Funcional | | |
| 4.1 - Nº de empregados ao final do período | 720 | 699 |
| 4.2 - Nº de admissões durante o período | 60 | 36 |
| 4.3 - Nº de mulheres que trabalham na empresa | 139 | 132 |
| 4.5 - Nº de empregados portadores de deficiência | 15 | 25 |

16. Plano de Desverticalização

O Conselho de Administração da CFLCL aprovou, em dezembro de 2005, o plano de reorganização societária de ativos sobre o controle direto e indireto da Companhia, com vistas à segregação de atividades de geração e distribuição de energia, em atendimento à Lei nº 9.074/95, conforme alterada pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004. Os estudos estão sendo realizados buscando consolidar os ativos existentes de forma a promover maior eficácia e sinergia das atividades da Companhia, com eventual simplificação da estrutura corporativa, maior eficiência fiscal e compatibilização com a atual estrutura societária. A administração espera concluir esse processo até outubro de 2006, prazo solicitado à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

17. Auditores Independentes

A CFLCL e suas controladas passaram a utilizar os serviços de Auditoria Independente da Deloitte Touche Tohmatsu, a partir de 2002, não tendo contratado em 2005 e 2004 nenhum outro serviço senão de auditoria das suas demonstrações financeiras.

18. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho, dedicação e seriedade com que realizam seu trabalho, aos nossos acionistas, investidores, credores e fornecedores pelo constante apoio, aos nossos consumidores pela confiança, bem como a todas as partes com quais nos relacionamos. Renovamos o compromisso de continuar trabalhando com seriedade, profissionalismo, ética e prestando serviços de qualidade, para a geração contínua de valor, a longo prazo.

Demonstração do Valor Adicionado – DVA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(em milhares de reais)

| | <u>2005</u> | <u>2004</u> |
|--|----------------|----------------|
| 1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| Receitas de vendas de energia e serviços | 404.328 | 333.131 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (7.695) | (4.345) |
| Resultado não operacional | 33.456 | (2.726) |
| Insumos: | | |
| Custo da energia comprada | 98.863 | 102.293 |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição | 18.752 | 10.956 |
| Serviços de Terceiros | 23.930 | 17.508 |
| Conta de Consumo de Combustível - CCC | 9.591 | 8.265 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 8.437 | 5.929 |
| Materiais | 3.751 | 4.031 |
| Outros custos operacionais | 9.366 | 6.385 |
| | <u>172.690</u> | <u>155.367</u> |
| 2- VALOR ADICIONADO BRUTO | <u>257.399</u> | <u>170.693</u> |
| Quotas de reintegrações | 16.677 | 14.412 |
| 3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO | <u>240.722</u> | <u>156.281</u> |
| 4- VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO | | |
| Equivalência patrimonial | 57.985 | 37.099 |
| Amortização de ágio | (1.199) | (894) |
| Receitas financeiras | 8.010 | 7.442 |
| 5- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | <u>305.518</u> | <u>199.928</u> |
| 6- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| Pessoal | | |
| Remunerações | 23.843 | 23.210 |
| Entidade de Previdência Privada | 341 | 337 |
| Participação nos resultados | 1.797 | - |
| Governo | | |
| INSS | 3.157 | 2.948 |
| ICMS | 73.426 | 62.232 |
| PIS, Cofins e Imposto de renda | 35.078 | 25.314 |
| RGR – Reserva Global de Reversão | 3.713 | 3.807 |
| Outros | 7.796 | 5.093 |
| Financiadores | | |
| Juros | 116.834 | 96.094 |
| Aluguéis | 988 | 941 |
| Acionistas | | |
| Ajuste de exercício anterior | 595 | - |
| Dividendos | 16.723 | - |
| Lucros retidos | 21.227 | (20.048) |
| | <u>305.518</u> | <u>199.928</u> |

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(em milhares de reais)

| | <u>2005</u> | <u>2004</u> |
|---|------------------|-----------------|
| Atividades Operacionais | | |
| (+) Recebimento de clientes | 354.140 | 319.012 |
| (+) Outros recebimentos | 13.904 | 11.780 |
| (-) Fornecedores | 158.677 | 153.577 |
| (-) Salários e Encargos Sociais | 31.175 | 29.941 |
| (-) Tributos e contribuições sociais | 133.200 | 110.529 |
| (-) Outras Despesas | 12.369 | 8.801 |
| (=) Disponibilidades líquidas geradas atividades operacionais | 32.622 | 27.944 |
| Atividades de Investimentos | | |
| (+) Dividendos Recebidos | - | 137 |
| (+) Alienação de Investimentos | 175.931 | 79.957 |
| (-) Dividendos pagos | 5.416 | 40 |
| (-) Aquisição de Imobilizado | 21.370 | 16.251 |
| (=) Variação de caixa das atividades de investimentos | 149.145 | 63.803 |
| Atividades de Empréstimos e Financiamentos | | |
| (+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos | 173.206 | 112.950 |
| (-) Serviço da Dívida: | 334.941 | 182.327 |
| (=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos | (161.736) | (69.377) |
| Aumento do saldo líquido de caixa | 20.032 | 22.370 |
| Saldo de caixa no início do exercício | 26.333 | 3.963 |
| Saldo de caixa no final do exercício | 46.365 | 26.333 |

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial – Ativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais)

ATIVO

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| CIRCULANTE | | | | |
| Disponibilidades | 16.232 | 3.362 | 94.912 | 27.313 |
| Recursos vinculados | 503 | - | 10.088 | - |
| Aplicações no mercado aberto | 29.630 | 22.971 | 91.819 | 57.591 |
| Consumidores e concessionárias | 77.920 | 45.516 | 348.160 | 292.699 |
| Títulos de créditos a receber | 3.354 | 3.129 | 50.869 | 27.301 |
| Créditos renegociados | - | - | - | 7.904 |
| Recomposição tarifária extraordinária | - | - | 52.693 | 49.439 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (16.679) | (9.872) | (56.175) | (75.851) |
| Estoques | 425 | 310 | 2.492 | 2.506 |
| Dividendos a receber | 11.618 | 4.393 | - | - |
| Devedores diversos | 9.856 | 6.088 | 34.977 | 22.645 |
| Impostos a recuperar | 9.966 | 8.680 | 59.358 | 46.291 |
| Créditos tributários | - | - | 22.959 | - |
| Despesas pagas antecipadamente | 12.490 | 11.735 | 64.103 | 48.012 |
| | <u>155.315</u> | <u>96.312</u> | <u>776.255</u> | <u>505.850</u> |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | | | |
| Recomposição tarifária extraordinária | - | - | 37.823 | 75.845 |
| Consumidores e concessionárias | 9.384 | 12.061 | 30.496 | 35.448 |
| Títulos de créditos a receber | 7.872 | 8.144 | 84.621 | 88.846 |
| Créditos renegociados | - | - | - | 59.963 |
| Controladas e partes relacionadas | 92.299 | 44.223 | - | - |
| Créditos a receber de gás combustível | - | - | 23.586 | 22.154 |
| Impostos a recuperar | 4.162 | 1.832 | 29.303 | 14.857 |
| Créditos tributários | 39.847 | 40.006 | 154.508 | 180.156 |
| Cauções e depósitos vinculados | 496 | 499 | 70.050 | 60.233 |
| Despesas pagas antecipadamente | 17.008 | 15.673 | 39.134 | 38.914 |
| Outros | 3.524 | 1.217 | 41.441 | 12.559 |
| | <u>174.592</u> | <u>123.655</u> | <u>510.962</u> | <u>588.975</u> |
| PERMANENTE | | | | |
| Investimentos | 517.108 | 578.751 | 9.909 | 10.014 |
| Imobilizado | 183.840 | 177.185 | 1.704.445 | 1.863.270 |
| Diferido | 2.615 | 2.075 | 14.708 | 9.012 |
| | <u>703.563</u> | <u>758.011</u> | <u>1.729.062</u> | <u>1.882.296</u> |
| TOTAL DO ATIVO | <u>1.033.470</u> | <u>977.978</u> | <u>3.016.279</u> | <u>2.977.121</u> |

2. Balanço Patrimonial – Passivo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

PASSIVO

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| CIRCULANTE | | | | |
| Fornecedores | 22.750 | 26.896 | 162.018 | 181.544 |
| Encargos de dívidas | 1.745 | 1.953 | 4.728 | 5.316 |
| Empréstimos e financiamentos | 112.218 | 163.871 | 528.295 | 582.879 |
| Debêntures | 51.836 | 93.655 | 51.836 | 93.655 |
| Folha de pagamento | - | - | 1.452 | 2.141 |
| Tributos e contribuições sociais | 13.324 | 16.508 | 84.535 | 100.361 |
| Parcelamento de impostos | 1.060 | 4.681 | 12.120 | 25.594 |
| Juros sobre o capital próprio/dividendos | 5.351 | 5.423 | 18.397 | 10.062 |
| Encargos do consumidor a recolher | 789 | 1.562 | 4.188 | 8.469 |
| Obrigações estimadas | 2.437 | 2.261 | 10.504 | 11.016 |
| Outras contas a pagar | 9.730 | 4.531 | 61.540 | 40.616 |
| | <u>221.240</u> | <u>321.341</u> | <u>939.613</u> | <u>1.061.653</u> |
| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | | | | |
| Fornecedores | 7.177 | 13.188 | 30.953 | 54.379 |
| Empréstimos e financiamentos | 154.823 | 44.459 | 692.160 | 470.657 |
| Debêntures | 28.735 | 88.101 | 28.735 | 88.101 |
| Impostos a recolher | - | 316 | 13.154 | 25.546 |
| Parcelamento de impostos | 8.531 | 8.393 | 60.203 | 149.855 |
| Controladores e partes relacionadas | 276.249 | 188.763 | 186.944 | 172.775 |
| Provisões para contingências | 4.135 | 2.871 | 104.922 | 109.301 |
| Provisão de déficit atuarial | - | - | 50.672 | 39.387 |
| Outras contas a pagar | 3.678 | 2.871 | 2.719 | 2.996 |
| | <u>483.328</u> | <u>348.962</u> | <u>1.170.462</u> | <u>1.112.997</u> |
| PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA | - | - | 609.978 | 528.864 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| Capital social | 279.977 | 279.977 | 279.977 | 279.977 |
| Correção monetária do capital | 9.837 | 9.837 | 9.837 | 9.837 |
| Ações em tesouraria | (5.653) | (5.653) | (5.653) | (5.653) |
| Reservas de capital | 23.514 | 23.514 | 23.514 | 23.514 |
| Reservas de lucros | 21.227 | - | - | - |
| Prejuízos acumulados | - | - | (11.449) | (34.068) |
| | <u>328.902</u> | <u>307.675</u> | <u>296.226</u> | <u>273.607</u> |
| TOTAL DO PASSIVO | <u>1.033.470</u> | <u>977.978</u> | <u>3.016.279</u> | <u>2.977.121</u> |

3 Demonstrações do Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações em circulação)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Receita operacional | | | | |
| Fornecimento de energia elétrica | 362.929 | 306.904 | 1.751.859 | 1.476.695 |
| Suprimento de energia elétrica | 5.824 | 4.041 | 71.701 | 74.795 |
| Disponibilização do sist. de transm. e de distribuição | 18.419 | 8.951 | 82.495 | 34.195 |
| Outras Receitas Operacionais | 17.156 | 13.235 | 65.865 | 33.462 |
| | <u>404.328</u> | <u>333.131</u> | <u>1.971.920</u> | <u>1.619.147</u> |
| Deduções da receita operacional | | | | |
| ICMS | 73.426 | 62.232 | 377.615 | 291.155 |
| PIS | 6.240 | 3.867 | 31.669 | 20.589 |
| COFINS | 28.745 | 21.117 | 145.956 | 106.647 |
| ISS | 549 | 547 | 1.299 | 783 |
| Quotas para RGR | 3.713 | 3.807 | 13.914 | 13.586 |
| | <u>112.673</u> | <u>91.570</u> | <u>570.453</u> | <u>432.760</u> |
| Receita operacional líquida | <u>291.655</u> | <u>241.561</u> | <u>1.401.467</u> | <u>1.186.387</u> |
| Custo do serviço de energia elétrica | | | | |
| Custo com energia elétrica | 117.615 | 113.249 | 584.581 | 511.527 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 98.863 | 102.293 | 474.641 | 425.520 |
| Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição | 18.752 | 10.956 | 109.940 | 86.007 |
| Custo de operação | 53.319 | 42.889 | 236.473 | 224.679 |
| Pessoal e administradores | 11.709 | 9.233 | 50.226 | 49.986 |
| Material | 2.314 | 1.896 | 9.229 | 6.821 |
| Combustível para produção de energia elétrica | - | - | 23.982 | 18.504 |
| Serviços de terceiros | 1.676 | 2.333 | 7.301 | 11.316 |
| Compensação financ. p/utilização de rec. hídricos | 598 | 357 | 598 | 357 |
| Conta de consumo de combustível - CCC | 9.591 | 8.265 | 60.797 | 52.617 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | 8.437 | 5.929 | 20.775 | 12.848 |
| Depreciação e amortização | 13.950 | 13.321 | 57.028 | 55.882 |
| Provisões para contingências | 864 | 53 | (9.049) | 7.150 |
| Outras | 4.180 | 1.502 | 15.586 | 9.198 |
| Custo do serviço prestado a terceiros | 1.882 | 2.485 | 33.151 | 17.183 |
| | <u>172.816</u> | <u>158.623</u> | <u>854.205</u> | <u>753.389</u> |
| Lucro operacional bruto | <u>118.839</u> | <u>82.938</u> | <u>547.262</u> | <u>432.998</u> |
| Despesas operacionais | | | | |
| Despesas com vendas | 13.851 | 10.812 | 56.959 | 63.332 |
| Despesas gerais e administrativas | 38.724 | 32.125 | 121.132 | 111.930 |
| | <u>52.575</u> | <u>42.937</u> | <u>178.091</u> | <u>175.262</u> |
| Resultado do serviço | <u>66.264</u> | <u>40.001</u> | <u>369.171</u> | <u>257.736</u> |
| Receitas (despesas) financeiras | | | | |
| Receita de aplicações financeiras | 4.158 | 3.290 | 15.336 | 9.781 |
| Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida | 3.852 | 3.822 | 31.906 | 31.843 |
| Encargos de dívidas | (72.563) | (74.025) | (252.416) | (224.840) |
| (-) Transferência para obras em curso | 186 | 981 | 5.732 | 7.031 |
| Juros sobre o capital próprio | 2.119 | 13 | (1.440) | (51) |
| Outras despesas financeiras | (51.704) | (27.596) | (24.824) | (22.718) |
| | <u>(113.952)</u> | <u>(93.515)</u> | <u>(225.706)</u> | <u>(198.954)</u> |
| Ágio | (1.199) | (894) | (20.488) | (15.055) |
| Equivalência patrimonial | 57.985 | 37.099 | 10.441 | 145 |
| Resultado operacional | <u>9.098</u> | <u>(17.309)</u> | <u>133.418</u> | <u>43.872</u> |
| Resultado não operacional | | | | |
| Receita não operacional | 177.838 | 1.373 | 193.113 | 8.337 |
| Despesa não operacional | 144.382 | 4.099 | 151.944 | 7.873 |
| | <u>33.456</u> | <u>(2.726)</u> | <u>41.169</u> | <u>464</u> |
| Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio | 42.554 | (20.035) | 174.587 | 44.336 |
| Contribuição social | - | - | (10.339) | (10.037) |
| Imposto de renda | (93) | - | (22.712) | (22.250) |
| Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio | 42.461 | (20.035) | 141.536 | 12.049 |
| Participações de empregados e administradores | (1.797) | - | (6.059) | (1.052) |
| Participações minoritárias | - | - | (95.659) | (29.666) |
| Reversão dos juros sobre o capital próprio | (2.119) | (13) | 1.440 | 51 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | <u>38.545</u> | <u>(20.048)</u> | <u>41.258</u> | <u>(18.618)</u> |
| Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações em circulação - R\$ | 0,29 | (0,15) | | |

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | <u>2005</u> | <u>2004</u> | <u>2005</u> | <u>2004</u> |
| Origens de recursos | | | | |
| Das Operações | | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 38.545 | (20.048) | 41.258 | (18.618) |
| Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante : | | | | |
| Juros e variações monetárias de itens de longo prazo | 54.007 | 35.971 | 67.852 | 29.001 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (57.985) | (37.099) | (10.441) | (145) |
| Depreciação e amortização | 16.677 | 14.412 | 66.407 | 60.167 |
| Amortização de ágio | 1.199 | 894 | 20.488 | 15.055 |
| Valor residual de ativos permanentes baixados | 133.452 | 4.103 | 141.015 | 10.996 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 159 | - | 2.690 | 2.219 |
| Efeitos regulatórios do Pis e Cofins | - | (4.478) | - | (20.992) |
| Provisão (reversão) para contingências | 864 | (232) | (7.970) | 13.764 |
| Provisão para perdas com investimentos | 4.000 | 533 | 4.000 | 533 |
| Redução de imposto de renda - incentivo fiscal | - | - | 2.992 | - |
| Participação minoritária | - | - | 95.659 | 29.666 |
| | <u>190.918</u> | <u>(5.944)</u> | <u>423.950</u> | <u>121.646</u> |
| Dividendos de controladas | 14.553 | 10.553 | - | 40 |
| Recursos oriundos das operações | <u>205.471</u> | <u>4.609</u> | <u>423.950</u> | <u>121.686</u> |
| De terceiros | | | | |
| Financiamentos captados a longo prazo | 84.114 | 18.971 | 559.966 | 82.935 |
| Contribuição de consumidores | 2.420 | 2.123 | 4.319 | 28.774 |
| Subvenção da União - recursos CDE | 4.308 | - | 37.306 | 5.737 |
| Participação do Governo Estadual | 1.138 | - | 9.997 | - |
| Redução do realizável a longo prazo | - | - | 84.755 | 6.173 |
| Aumento do exigível a longo prazo | 54.667 | 25.198 | 50.618 | 10.497 |
| Outros | - | 817 | - | 817 |
| | <u>146.647</u> | <u>47.109</u> | <u>746.961</u> | <u>134.933</u> |
| Total das origens | <u>352.118</u> | <u>51.718</u> | <u>1.170.911</u> | <u>256.619</u> |
| Aplicações de recursos | | | | |
| Nas operações | | | | |
| Nos investimentos | - | - | 13 | 38 |
| No imobilizado | 31.157 | 19.159 | 192.318 | 189.098 |
| No diferido | 1.157 | 1.216 | 7.802 | 4.615 |
| Transferência do exigível a longo prazo para o circulante | 60.863 | 148.947 | 531.955 | 457.309 |
| Ações em tesouraria | - | 409 | - | 409 |
| Juros sobre o capital próprio/dividendos | 16.723 | 16.723 | 31.251 | 19.370 |
| Capital circulante líquido alienado | - | - | 11.146 | - |
| Aumento no realizável a longo prazo | 82.519 | 33.054 | - | - |
| Total das aplicações | <u>192.419</u> | <u>219.508</u> | <u>774.485</u> | <u>670.839</u> |
| Aumento (redução) do capital circulante líquido | <u>159.699</u> | <u>(167.790)</u> | <u>396.426</u> | <u>(414.220)</u> |
| Demonstração da variação do capital circulante líquido | | | | |
| Ativo Circulante | | | | |
| No início do exercício | 96.312 | 154.411 | 505.850 | 565.229 |
| No fim do exercício | 155.315 | 96.312 | 776.255 | 505.850 |
| | <u>59.003</u> | <u>(58.099)</u> | <u>270.405</u> | <u>(59.379)</u> |
| Passivo Circulante | | | | |
| No início do exercício | 321.341 | 211.650 | 1.061.653 | 706.812 |
| Ajuste de exercício anterior | (595) | - | (3.981) | - |
| No fim do exercício | 221.240 | 321.341 | 939.613 | 1.061.653 |
| | <u>(100.696)</u> | <u>109.691</u> | <u>(126.021)</u> | <u>354.841</u> |
| Aumento (redução) do capital circulante líquido | <u>159.699</u> | <u>(167.790)</u> | <u>396.426</u> | <u>(414.220)</u> |

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

(Em milhares de reais)

| | CAPITAL | | | RESERVAS DE CAPITAL | | | | RESERVAS DE LUCROS | | | Total |
|---|----------------------|-------------------------------------|---------------------------|--------------------------------|----------------------------------|--|-------------------------------------|-----------------------|--------------------|------------|----------------|
| | REALIZADO ATUALIZADO | | | Ágio Subscrição de ações | Subvenção de Investimentos | Remuneração de imobilizações em curso | Outras reservas de capital | Retenção de lucros | Lucros (prejuízos) | | |
| | Capital Social | Correção monetária do capital | Ações em na tesouraria | | | | | | Legal | acumulados | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2004 | 279.977 | 9.837 | (5.244) | 6.057 | 9.927 | 6.386 | 4.175 | 32.157 | 766 | - | 344.038 |
| Aquisição de ações tesouraria | - | - | (409) | - | - | - | - | - | - | - | (409) |
| Dividendos prescritos de exercícios anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 817 | 817 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (20.048) | (20.048) |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | (3.031) | (13.692) | - | - | (16.723) |
| Absorção de prejuízos | - | - | - | - | - | - | - | (18.465) | (766) | 19.231 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2004 | 279.977 | 9.837 | (5.653) | 6.057 | 9.927 | 6.386 | 1.144 | - | - | - | 307.675 |
| Ajuste de exercício anterior vide nota explicativa r | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (595) | (595) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 38.545 | 38.545 |
| Proposta de destinação do lucro líquido do exercício: | | | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.927 | (1.927) | - |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (16.723) | (16.723) |
| Retenção de lucros | - | - | - | - | - | - | - | 19.300 | - | (19.300) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2005 | 279.977 | 9.837 | (5.653) | 6.057 | 9.927 | 6.386 | 1.144 | 19.300 | 1.927 | - | 328.902 |

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL) é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 67 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a aproximadamente 316.477 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes).

A CFLCL também é controladora de outras sociedades. Os percentuais de participação e as informações sobre esses investimentos estão apresentados nas notas explicativas nºs 4, 17 e 18.

A CFLCL apresentou o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2005, nos montantes de R\$65.925 (R\$225.029 em 2004) na controladora e R\$163.358 (R\$555.803 em 2004) no consolidado, respectivamente. Dando continuidade ao programa de reestruturação da sua dívida, a CFLCL concluiu, em 14 de abril de 2005, a alienação das ações representativas de 100% do capital social da Cat-Leo Energia S/A pelo montante de R\$175.931. Esta operação, além de gerar um lucro contábil de R\$36.742, resultou na redução do endividamento consolidado da CFLCL no montante de R\$89.325, com a transferência de financiamentos junto ao BNDES (vide nota explicativa nº 35). Posteriormente, em julho de 2005, efetivou-se a liquidação financeira da venda dos direitos de crédito da CFLCL e de suas controladas CENF, Energipe, CELB e Saelpa da primeira série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina (FIDC Sistema Cataguazes-Leopoldina), no valor total de R\$210.000. Além disso, em 22 de agosto de 2005 a CFLCL, Energipe, CELB e Saelpa captaram recursos mediante Cédula de Crédito Bancário – CCB no montante de R\$130.000.

Não obstante a essas operações, a Administração está empenhada na melhoria da estrutura de capital das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, buscando instrumentos que permitam reduzir ainda mais os custos das dívidas de curto prazo e, conseqüentemente, proporcionar um alongamento natural do seu perfil, o que, juntamente com a geração de lucros, previstos nos orçamentos e projeções internas, deverão ser suficientes para adequar a sua liquidez, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamentos dos passivos.

A Standard & Poor's – consultoria de análise de risco – atribuiu o rating "brAAf", em sua Escala Nacional Brasil, ao FIDC Sistema Cataguazes-Leopoldina. O rating de qualidade de crédito "brAAf" indica que os títulos do Fundo são fortemente protegidos contra perdas geradas por inadimplência. Essa classificação da Standard & Poor's baseia-se em análises de fatores, como a qualidade geral de crédito da carteira, além dos riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito e a liquidez apresentada pelo fundo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e disposições da Comissão de Valores

Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a. As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b. Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- c. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- d. Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede seu valor de mercado;
- e. Os investimentos em controladas foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos dessas empresas em 31 de dezembro de 2005 e 2004. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os ágios pagos nas aquisições dos controles acionários das controladas CENF, CELB, Energipe e Saelpa estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções dos resultados dessas concessionárias, ou seja, CENF em 20 anos, a partir de julho de 1997; CELB em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Energipe em 30 anos, a partir de dezembro de 1997 e Saelpa, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000. Em 31 de dezembro de 2005, os saldos a amortizar são: CENF R\$32.497 , CELB R\$77.936 , Energipe R\$9.226 e Saelpa R\$297.809 e estão classificados no imobilizado para fins de apresentação no consolidado;

- f. O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito à nota nº 19 e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso.

O ágio incorporado na controlada Energipe encontra-se registrado no imobilizado consolidado e está sendo amortizado pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções de resultado da Energipe nos próximos 30 anos, homologados pela ANEEL a partir de abril de 1998. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo a amortizar deste ágio monta em R\$449.364 (R\$462.416 em 2004);

- g. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A controladora e suas controladas optaram por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos

próprios a partir de 1999;

- h.** O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos.
- i.** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- j.** O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02. A CFLCL, por não se enquadrar nas regras da referida Instrução, manteve os créditos tributários diferidos que foram registrados até 30 de junho de 2002 e a sua realização ocorrerá em conformidade com as regras da Deliberação CVM nº 273/98.
- k.** As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l.** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m.** Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;
- n.** Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- o.** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências, Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões, Recuperação de Ágios, Ativos Fiscais e Créditos Tributários Diferidos.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes participações societárias:

| | Participações societárias | |
|--|---------------------------|-------|
| | 2005 | 2004 |
| Energisa S.A. ("Energisa") (1) | 50,07 | 50,07 |
| Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo ("CENF") | 59,47 | 59,47 |
| Multipar S.A. | 99,96 | 99,96 |
| Multiagro Ltda. | 66,67 | 66,67 |
| Teleserv S.A. | 99,10 | 99,10 |
| Cataguazes Serviços Aéreos de Prospecção S.A | 72,80 | - |
| Cat-Leo Construções, Industria e Serviços de Energia | 99,99 | 99,99 |

(1) Controladora da Energipe (99,62% do capital votante e 99,64% do capital total). A Energipe é controladora da CELB (99,50% do capital votante e 93,64% do capital total) e da Pupart SE1 S.A (50,10% do capital votante e total) que detém o controle da Saelpa (97,59% do capital votante e 82,90% do capital total).

(2) Controladora em conjunto da Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. (50% do capital total).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de dezembro de 2005 e 2004, de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96 e, incluem as demonstrações financeiras da controlada em conjunto, UTEJF. Por se tratar de um investimento compartilhado (cada sócio detém 50% do capital), a consolidação abrange 50% dos saldos das contas patrimoniais e de resultado dessa investida.

A reconciliação entre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da controladora e consolidado é como segue:

| | 2005 | | 2004 | |
|---|------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|
| | Resultado do exercício | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Patrimônio líquido |
| Controladora | 38.545 | 328.902 | (20.048) | 307.675 |
| Lucro não realizado nas transações com controladas (principalmente venda de participações acionárias) | - | (32.676) | - | (34.068) |
| Realização de lucros | 1.392 | - | 1.430 | - |
| Ajuste de exercício anterior - nota explicativa nº 25 | 1.321 | - | - | - |
| Consolidado | <u>41.258</u> | <u>296.226</u> | <u>(18.618)</u> | <u>273.607</u> |

5 Aplicação no mercado aberto

| Instituição financeira | Tipo | Vencimento | Remuneração | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|------------------------------------|--------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | | | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Coopemata | Depósito prazo fixo | 30/03/2006 | 1,10% a m | 125 | 110 | 125 | 110 |
| Banco do Brasil | BB Fix | | | | | | |
| | Empreendedor | Mensal | Renda fixa | 6 | 6 | 53 | 50 |
| Creditoreal | Depósito prazo fixo | Mensal | 13,6232% a a | 70 | 63 | 70 | 63 |
| Bradesco | CDB | 18/08/2006 e | 98,70% a 99% | | | | |
| Nordeste (*) | CDB | 27/10/2008 | do CDI | 1.105 | 192 | 3.440 | 1.401 |
| | CDB | 30/11/2012 | 100% do CDI | - | - | 3.605 | - |
| GuaraniCredi | Depósito prazo fixo | 27/08/2006 | 100% do CDI | 212 | 178 | 212 | 178 |
| Unibanco (*) | CDB/PÓS BNL | 09/08/2006 | 100% do CDI | 454 | 382 | 454 | 382 |
| | FIF carteira corporativa 90 | 15/06/2005 | Renda fixa | - | 18.873 | - | 18.873 |
| BVA | Debêntures/BVA | 01/10/2010 | 100% do CDI | 3.159 | 2.745 | 3.159 | 2.745 |
| BVA | Debêntures | 01/10/2010 | 105% do CDI | - | - | 1.004 | 877 |
| BVA | CDB | 01/10/2010 | 100% do CDI | - | - | 1.677 | 1.457 |
| Mercantil | CDB | 06/02/2009 | 100% do CDI | 574 | 417 | 657 | 4.637 |
| CEF | CDB | 22/12/2005 | 95% do CDI | - | 5 | - | 898 |
| BIC Banco | CDB | 09/09/2006 | 104% do CDI | - | - | 287 | 15.258 |
| | Fundos de investimento em direitos | | | | | | |
| Itaú (*) | creditórios. | 13/08/2007 | CDI | 23.790 | - | 64.892 | - |
| Itaú (*) | LFT | 19/12/2007 | 100% selic | - | - | 851 | - |
| Itaú (*) | Debêntures | 19/12/2007 | 100% do CDI | - | - | 826 | - |
| ABC Brasil (*) | CDB | 05/10/2006 | 101,80% do CDI | 129 | - | 3.010 | - |
| Banco Rural | CDB | 18/07/2006 | 104% do CDI | - | - | - | 608 |
| CEF | Caixa Fif Ideal | 05/10/2006 | Renda variável | 6 | - | 6 | - |
| Pine | CDB | 2/4/2007 | 104% do CDI | - | - | 457 | - |
| Bradesco | Título de capitalização | 24/04/2006 | Poupança + 0,50% a.m | - | - | 201 | - |
| Banco Rural (*) | CDB | 31/12/2009 | 100% do CDI | - | - | 6.833 | 10.054 |
| Total | | | | 29.630 | 22.971 | 91.819 | 57.591 |

(*) As aplicações estão garantindo parcelas de empréstimos e financiamentos. As demais aplicações encontram-se disponíveis.

6 Consumidores e concessionárias

a) Controladora

| Classes de consumidores | Saldos Vincendos | Vencidos | | | | | Total | |
|--|------------------|--------------|-----------------|------------------|-------------------|---------------------|---------------|---------------|
| | | Até 30 dias | de 31 a 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | há mais de 360 dias | 2005 | 2004 |
| Residencial | 6.955 | 3.515 | 366 | 128 | 1 | 1 | 10.966 | 9.385 |
| Industrial | 6.240 | 746 | 183 | 1.723 | 2.885 | 9.845 | 21.622 | 14.252 |
| Comércio, serviços e outras atividades | 3.349 | 1.151 | 168 | 72 | 42 | 49 | 4.831 | 4.865 |
| Rural | 1.732 | 644 | 146 | 45 | 36 | 80 | 2.683 | 2.242 |
| Poder público: | | | | | | | | |
| Federal | 14 | 2 | 2 | 1 | 1 | 6 | 26 | 22 |
| Estadual | 144 | 21 | 16 | 8 | 7 | 67 | 263 | 224 |
| Municipal | 529 | 77 | 60 | 28 | 27 | 246 | 967 | 820 |
| Iluminação pública | 258 | 145 | 222 | 25 | 18 | 1.205 | 1.873 | 1.863 |
| Serviço público | 716 | 28 | 14 | 2 | 10 | 320 | 1.090 | 1.217 |
| Revisão tarifária periódica | - | - | - | - | - | - | 22.478 | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | 4.032 | 4.032 |
| Subtotal – consumidores | 19.937 | 6.329 | 1.177 | 2.032 | 3.027 | 11.819 | 70.831 | 38.922 |
| Concessionárias (*) | - | - | - | - | - | - | 8.666 | 10.843 |
| Fornecimento não faturado | - | - | - | - | - | - | 7.807 | 7.812 |
| Total | 19.937 | 6.329 | 1.177 | 2.032 | 3.027 | 11.819 | 87.304 | 57.577 |
| Parcela curto prazo | | | | | | | 77.920 | 45.516 |
| Parcela longo prazo | | | | | | | 9.384 | 12.061 |

b) Consolidado

| Classes de consumidores | Saldos Vincendos | Vencidos | | | | | Total | |
|--|------------------|---------------|-----------------|------------------|-------------------|---------------------|----------------|----------------|
| | | Até 30 dias | de 31 a 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | há mais de 360 dias | 2005 | 2004 |
| Residencial | 30.546 | 23.897 | 5.818 | 2.063 | 1.162 | 1.619 | 65.105 | 56.563 |
| Industrial | 31.616 | 3.930 | 1.166 | 2.096 | 3.574 | 18.835 | 61.217 | 50.319 |
| Comércio, serviços e outras atividades | 19.688 | 8.530 | 2.725 | 1.242 | 1.334 | 2.455 | 35.974 | 30.788 |
| Rural | 5.372 | 2.982 | 2.207 | 1.414 | 2.328 | 13.747 | 28.050 | 21.987 |
| Poder público: | | | | | | | | |
| Federal | 2.260 | 977 | 222 | 65 | 198 | 497 | 4.219 | 6.143 |
| Estadual | 2.803 | 1.220 | 245 | 76 | 274 | 687 | 5.305 | 8.046 |
| Municipal | 3.517 | 1.223 | 435 | 123 | 313 | 889 | 6.500 | 7.916 |
| Iluminação pública | 5.906 | 2.021 | 1.103 | 299 | 628 | 2.027 | 11.984 | 29.316 |
| Serviço público | 7.140 | 2.739 | 7.648 | 3.300 | 68 | 777 | 21.672 | 6.767 |
| Revisão tarifária periódica | - | - | - | - | - | - | 43.395 | 11.078 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | 13.991 | 14.887 |
| Subtotal – consumidores | 108.848 | 47.519 | 21.569 | 10.678 | 9.879 | 41.533 | 297.412 | 243.810 |
| Concessionárias (*) | - | - | - | - | - | - | 25.080 | 38.836 |
| Fornecimento não faturado | - | - | - | - | - | - | 56.164 | 45.501 |
| Total | 108.848 | 47.519 | 21.569 | 10.678 | 9.879 | 41.533 | 378.656 | 328.147 |
| Parcela curto prazo | | | | | | | 348.160 | 292.699 |
| Parcela longo prazo | | | | | | | 30.496 | 35.448 |

(*) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia e suas controladas Cenf, Energipe, Celb e Saelpa, constituíram provisão para devedores duvidosos dos saldos vencidos conforme critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2005, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$8.666 e R\$17.716, controladora e consolidado, respectivamente, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2005, deduzido das liquidações

parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2005. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$163 (R\$99 em 2004), controladora e R\$418 (R\$99 em 2004) consolidado, referente aos encargos de serviços do sistema, às aquisições de energia na CCEE no montante de R\$347 (R\$938 em 2004), no consolidado, estão demonstrados a seguir:

| Composição dos créditos da CCEE | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Saldos a vencer | 123 | 218 | 730 | 769 |
| Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 | 6.873 | 9.193 | 13.562 | 18.113 |
| Parcela em negociação | 1.670 | 1.432 | 3.424 | 2.738 |
| | <u>8.666</u> | <u>10.843</u> | <u>17.716</u> | <u>21.620</u> |
| (-) Aquisições de energia na CCEE | - | - | (347) | (938) |
| (-) Encargos de serviços do sistema | <u>(163)</u> | <u>(99)</u> | <u>(418)</u> | <u>(99)</u> |
| | <u><u>8.503</u></u> | <u><u>10.744</u></u> | <u><u>16.951</u></u> | <u><u>20.583</u></u> |

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas no último dia útil do mês posterior ao fechamento do mês.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia e suas controladas não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7 Revisão tarifária periódica

Controladora

Em 18 de junho de 2004, as tarifas de fornecimento de energia elétrica foram reposicionadas provisoriamente em 12,66%, que corresponde ao percentual resultante do cálculo do índice de reajuste tarifário anual da concessionária.

A Aneel através da Resolução nº 117, de 13 de junho de 2005, homologou de forma definitiva o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica da Companhia. Com base nessa Resolução as tarifas de energia elétrica foram reposicionadas em 21,67%, com um Fator Xe de 0,385%, para vigorarem a partir de 18 de junho de 2004.

Em setembro de 2005 a ANEEL disponibilizou a Nota Técnica da Resolução nº 117, definindo as parcelas anuais a serem acrescidas à “Parcela B”, nos anos de 2005 a 2007, a razão de R\$15.569, em cada ano, valor esse referenciado à data base da revisão tarifária da Companhia (junho de 2004). O montante será atualizado monetariamente pela variação do IGP-M.

A Companhia reconheceu no exercício a receita de R\$30.854, referente ao período de junho de 2004 a dezembro de 2005, contabilizada na rubrica “fornecimento de energia elétrica”, tendo já repassado aos seus consumidores R\$9.812, estando o saldo de R\$21.042, acrescido de R\$1.436 de atualização monetária, registrada como contas a receber na rubrica de “Consumidores e Concessionárias” na controladora e consolidado.

Consolidado

ENERGIPE

A ANEEL, através da Resolução nº 094, de 18 de abril de 2005, homologou de forma definitiva o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica da controlada Energipe. Com base nessa Resolução, as tarifas de fornecimento de energia elétrica foram reposicionadas em 33,64%, com um Fator Xe de 1,0971%, para vigorarem a partir de 22 de abril de 2003.

Anteriormente através da Resolução nº 103, de 20 de abril de 2004, a ANEEL homologou provisoriamente a Revisão Tarifária Periódica em 35,61%, com um Fator Xe de 0,0744%. Pela mesma Resolução, as tarifas de fornecimento de energia elétrica foram reposicionadas em 29,71%, a partir de 22 de abril de 2003, ficando a diferença a ser acrescida às tarifas no período de 2004 a 2007, à razão de R\$7.768, em cada ano. Até 31 de dezembro de 2004, a controlada Energipe já tinha reconhecido uma receita de R\$24.850.

Com a edição da Resolução nº 094 da ANEEL, a controlada Energipe refez os cálculos da receita já reconhecida até dezembro de 2004, tendo efetuado no trimestre findo em 31 de março de 2005 o estorno de receita excedente no montante de R\$8.599, sendo R\$7.715 da rubrica “fornecimento de energia elétrica” e R\$884 em “outras receitas financeiras” no consolidado.

Nos reajustes tarifários anuais para os anos de 2004 a 2007, será acrescido à “Parcela B”, de cada ano, o valor de R\$5.172, valor esse referenciado à data base da revisão tarifária da controlada Energipe e será atualizado pela variação do IGP-M.

Dessa forma, a receita relativa à Parcela B, reconhecida é de R\$21.657, sendo R\$4.522 como receita no exercício de 2005. Do montante de R\$21.657, a controlada Energipe já repassou aos seus consumidores R\$9.882 (R\$5.089 em 2004). O saldo remanescente de R\$11.775, deduzido de R\$1.828 de atualização monetária, encontra-se registrado como contas a receber na rubrica de “Consumidores e Concessionárias”.

CELB

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 13, de 31 de janeiro de 2005, fixou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da controlada indireta CELB em 9,30%, com um fator Xe de 0,5432%, aplicáveis a partir de 04 de fevereiro de 2005.

SAELPA

A Aneel através da Resolução nº 193, de 22 de agosto de 2005, homologou o resultado final da primeira Revisão Tarifária Periódica da controlada Saelpa. Com base nesta Resolução as tarifas de energia elétrica foram reposicionadas em 11,66%, com um Fator Xe de 0,5414.

Em 28 de agosto de 2005, as tarifas de fornecimento de energia elétrica foram reposicionadas em 7,06%, que corresponde ao percentual resultante do cálculo do índice de reajuste tarifário anual da concessionária.

Em agosto de 2005 a ANEEL disponibilizou a Nota Técnica da Resolução nº 193, definindo as parcelas anuais a serem acrescidas à “Parcela B”, nos anos de 2006 a 2008, a razão de R\$16.230, em cada ano, valor esse referenciado à data base da revisão tarifária da controlada Saelpa. O montante será atualizado monetariamente pela variação do IGP-M.

A controlada Saelpa reconheceu receita de R\$7.980, referente ao período de setembro a dezembro de 2005, contabilizada na rubrica “fornecimento de energia elétrica” em contrapartida à conta de “Consumidores e Concessionárias” no consolidado, deduzido de R\$93 referente atualização monetária pela aplicação da variação do IGP-M no período.

CENF

A ANEEL, através da Resolução nº 119, de 13 de junho de 2005, homologou de forma definitiva o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica da controlada CENF. Com base nesta Resolução as tarifas de energia elétrica foram reposicionadas em 25,24%, com um Fator Xe de 0,7438%, para vigorarem a partir de 18 de junho de 2004.

O reposicionamento tarifário praticado a partir de 18 de junho de 2004, havia sido fixado de forma provisória em 18,00%. Posteriormente, a ANEEL recalculou esse reposicionamento tarifário em 23,13%, retroativo a data base anteriormente mencionada, conforme Nota Técnica da Resolução nº 119. Essa mesma nota técnica definiu as parcelas anuais a serem acrescidas à “Parcela B”, nos anos de 2005 a 2007, à razão de R\$994 , em cada ano, valor esse referenciado à data base da revisão tarifária da controlada CENF (junho de 2004). O montante será atualizado monetariamente pela variação do IGP-M.

A controlada CENF reconheceu receita de R\$5.009, referente ao período de junho de 2004 a dezembro de 2005, contabilizada na rubrica “fornecimento de energia elétrica”, tendo já repassado aos seus consumidores R\$2.149, estando a diferença de R\$2.860, acrescido de R\$223 de atualização monetária, registrado como contas a receber na rubrica de “Consumidores e Concessionárias” no consolidado.

8 Composição tarifária extraordinária (RTE)

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, de 24 de janeiro de 2002 da ANEEL, foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes à partir de 31 de dezembro de 2001 assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda);
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 1 de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002 a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período (perda de receita);
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, esses valores começaram a ser repassados aos geradores desde março de 2003.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular 2.212, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Perda de Receita – para as concessionárias que obtiveram financiamentos junto ao BNDES (CFLCL e suas controladas) - taxa SELIC, acrescida de juros de 1% a.a., aplicada sobre os 90% dos valores homologados pela ANEEL; e taxa SELIC aplicada sobre os 10% não financiado;

- Energia Livre - para as Geradoras que obtiveram financiamentos junto ao BNDES, procedimento idêntico ao aplicado para Perda de Receita e para as Geradoras que não obtiveram financiamento taxa SELIC;

- “ Parcela A”- a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 e a Resolução nº 1 de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária, energia livre e Parcela A, estão demonstrados a seguir:

| | Consolidado | | | |
|-------------------------|----------------------|---------------|---------------|-----------|
| | Perda de receita | Energia livre | Parcela A | Total |
| | 480/02,481/02 e 1/04 | 1/04 e 45/04 | 482/02 e 1/04 | |
| Resoluções nº | | | | |
| Valor homologado | 107.418 | 70.781 | 13.667 | 191.866 |
| Remunerações acumuladas | 48.096 | 23.201 | 9.454 | 80.751 |
| Amortizações acumuladas | (92.628) | (44.466) | (8.036) | (145.130) |
| Provisão para perdas | (1.571) | (632) | - | (2.203) |
| Saldos em 31/12/2004 | 61.315 | 48.884 | 15.085 | 125.284 |
| Remunerações no ano | 10.120 | 11.583 | 2.872 | 24.575 |
| Amortizações no ano | (24.465) | (27.775) | - | (52.240) |
| Provisão para perdas | (5.021) | (2.082) | - | (7.103) |
| Saldos em 31/12/2005 | 41.949 | 30.610 | 17.957 | 90.516 |
| Parcela de curto prazo | 24.056 | 18.489 | 10.148 | 52.693 |
| Parcela de longo prazo | 17.893 | 12.121 | 7.809 | 37.823 |

Os saldos referentes a RTE da controladora foram realizados ao longo do exercício de 2004.

A Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, pelos seguintes prazos máximos, a partir de janeiro de 2001: CFLCL (25 meses); CENF (64 meses); Energipe (49 meses); CELB (81 meses) e Saelpa (71 meses).

As projeções de faturamento da controlada CELB, indicam que o prazo máximo estipulado pela ANEEL, será insuficiente para a realização da RTE na sua plenitude. Diante disso, a Administração da controlada CELB optou por efetuar uma provisão de perdas no montante de R\$7.103 (R\$2.203 em 2004), em contrapartida de outras despesas operacionais R\$5.021 (R\$1.571 em 2004) e de obrigações com fornecedores de Energia Livre, no exigível a longo prazo R\$2.082 (R\$632 em 2004).

A administração das demais Companhias, baseada em projeções internas, espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução, exceto a CELB conforme descrito acima.

Em 30 de março de 2006 a ANEEL realizará audiência pública visando a regulamentação dos procedimentos de cobrança da RTE dos consumidores livres o que representaria maior recebimento de RTE e por consequência a controlada CELB estará revendo a provisão constituída após a regulamentação pela ANEEL.

A Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, além de determinar os prazos para recomposição da perda de receita e energia livre, homologou o montante da “Parcela A” e a recuperação dos valores desta que se dará pelo mecanismo equivalente da RTE, sem considerar a limitação dos prazos acima citados.

9 Programa Emergencial - Racionamento

As despesas incorridas para implementação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, ocorrido em 2001 e 2002 R\$1.682 na controladora e R\$6.204 no consolidado, foram homologados pela ANEEL, e estão sendo ressarcidas a partir do exercício de 2003, quando dos reajustes tarifários anuais.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo a ser ressarcido é de R\$63 na controladora e R\$122 no consolidado.

10 Subvenções a receber - baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na sub-classe residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência da nova classificação, a CFLCL e suas controladas procederam ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado o montante de R\$39.779 (R\$25.548 em 2004) na controladora e R\$255.349 (R\$171.990 em 2004) no consolidado, tendo a Eletrobrás já ressarcido às Companhias a importância de R\$37.363 e R\$239.771 (R\$23.243 e R\$158.927 em 2004), controladora e consolidado, respectivamente. Esta receita está sendo custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético. Os respectivos valores encontram-se registrados na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante.

11 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, com atualização com base na variação do IGPM, mais juros 1% a.m. Em 31 de dezembro de 2005, os saldos estão demonstrados como se segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Parcela de curto prazo | 3.354 | 3.129 | 50.869 | 27.301 |
| Parcela de longo prazo | 7.872 | 8.144 | 84.621 | 88.846 |
| Títulos de créditos a receber | <u>11.226</u> | <u>11.273</u> | <u>135.490</u> | <u>116.147</u> |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*) | (1.844) | (1.199) | (14.929) | (37.465) |

(*) Do montante dos Títulos de créditos a receber a Companhia e suas controladas constituíram provisão, contabilizada como parte integrante da rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” no ativo circulante.

12 Créditos renegociados - consolidado

Os créditos renegociados pela controlada indireta SAELPA referem-se a consumo de energia elétrica até junho de 2000. Esses créditos foram renegociados em agosto de 2003, com novas cláusulas e condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2004, os créditos montavam em R\$67.867 sendo R\$7.904 contabilizados no ativo circulante e R\$59.963 no realizável a longo prazo.

As controladas indiretas Saelpa e CELB assinaram no final do exercício de 2005, convênio para compensação de débitos e créditos recíprocos com o Estado da Paraíba e os municípios paraibanos.

As controladas indiretas possuíam créditos de parcelamento de contas de energia junto a Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA de R\$18.391, com o Estado em R\$50.323 e R\$16.770 com as Prefeituras, por outro lado eram devedoras de parcelamento de ICMS no valor de R\$91.553.

Como parte do referido convênio, os municípios aplicaram a sua cota parte, correspondente a 25% da liquidação do ICMS, de R\$20.508 na quitação dos débitos de contas de energia que se encontravam vencidas. Assim sendo as controladas passaram a ter contas a pagar com os municípios de R\$3.738 que se encontra registrado na rubrica de “outras contas a pagar” no passivo circulante consolidado e será amortizado em 12 parcelas mensais e consecutivas de R\$311.

Para a liquidação do passivo de R\$91.553, foram deduzidos as contas de energia elétrica do Estado que se encontravam vencidas no montante de R\$50.323, os créditos junto a CAGEPA, de R\$18.391, e a quota parte do ICMS dos municípios da ordem de R\$20.508. O saldo remanescente de R\$2.331 será liquidado pela controlada indireta Saelpa em 91 parcelas mensais com atualização pela variação do IPCA.

Em face das operações de liquidação dos débitos, as controladas indiretas reverteram no exercício, provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$29.116.

13 Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 3.991 | 3.364 | 27.259 | 22.688 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF | 2.196 | 1.332 | 10.343 | 2.554 |
| Imposto de Renda – IRPJ | 3.112 | 3.450 | 16.208 | 17.093 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL | 986 | 176 | 3.116 | 2.275 |
| Contribuição do Pis e Cofins | 3.803 | 2.134 | 29.831 | 15.752 |
| Outros | 40 | 56 | 1.904 | 786 |
| | <u>14.128</u> | <u>10.512</u> | <u>88.661</u> | <u>61.148</u> |
| Parcela de Curto Prazo | 9.966 | 8.680 | 59.358 | 46.291 |
| Parcela de Longo Prazo | 4.162 | 1.832 | 29.303 | 14.857 |

14 Crédito a receber de gás combustível - consolidado

O contrato de compra de gás combustível firmado pela controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. (UTEJF) com a Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig, estabelece que o volume de 70% do montante contratado, consumido ou não, deve ser considerado como uma compra na modalidade de “take-or-pay”, ficando a UTEJF com o direito de retirada desse gás pago, porém ainda não utilizado, durante o período de 7 anos subsequente ao período de aquisição do gás.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foi adiantado o montante de R\$26.197, valores correspondentes à participação societária na controlada em conjunto, equivalentes a 199.519 mil m³ (metros cúbicos) de gás natural. Com base em projeções, a controlada em conjunto estima não consumir o volume de 19.442 mil m³ (metros cúbicos) de gás natural, equivalentes a R\$2.611. Dessa forma, foi constituída provisão para perdas do estoque de gás combustível, daquele montante, que foi deduzido do saldo da rubrica de “créditos a receber de gás combustível” no realizável a longo prazo no consolidado.

15 Despesas pagas antecipadamente

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Efeitos regulatórios da parcela de Pis e Cofins (1) | | | | |
| .PIS (dezembro de 2002 a maio de 2005) | 3.217 | 1.809 | 10.144 | 7.207 |
| .COFINS (fevereiro de 2004 a maio de 2005) | 5.816 | 3.270 | 23.219 | 16.496 |
| Encargos financeiros | 4.818 | 3.510 | 10.977 | 5.629 |
| Proinfa (2) | 101 | - | 582 | - |
| Conta de compensação dos custos da parcela A - CVA | 7.741 | 9.039 | 46.057 | 41.774 |
| Parcela compensatória (vide nota explicativa nº 21) | 7.177 | 9.227 | 9.392 | 12.077 |
| Outros | 628 | 553 | 2.866 | 3.743 |
| | <u>29.498</u> | <u>27.408</u> | <u>103.237</u> | <u>86.926</u> |
| Parcela de curto prazo | 12.490 | 11.735 | 64.103 | 48.012 |
| Parcela de longo prazo | 17.008 | 15.673 | 39.134 | 38.914 |

(1) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, a Companhia procedeu ao reconhecimento dos valores apurados em consequência da mudança do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei 10.637/02 do PIS, de 30/12/2002, e Lei 10.833/03 do COFINS, de 29/12/2003.

Através da Nota Técnica Complementar nº 179/2005 – SRE/ANEEL, de 16 de junho de 2005, a ANEEL homologou, em caráter provisório parte das diferenças sem cobertura tarifária do período de dezembro de 2002 a março de 2005, para o PIS, no montante de R\$807 na controladora e R\$5.411 no consolidado e do período de fevereiro de 2004 a março de 2005, para a COFINS, no montante de R\$855 na controladora e R\$13.754 no consolidado, que serão recuperadas entre junho de 2005 e maio de 2006. Os valores remanescentes serão recuperados nos próximos eventos tarifários.

A ANEEL, a partir de 18/06/2005 (CFLCL e Cenf), 01/07/2005 (Energipe) e 28/08/2005 (Saelpa), excluiu os tributos de PIS/COFINS do cálculo da tarifa de energia elétrica. A Companhia e suas controladas passaram a partir da data mencionada, a adicionar às tarifas de energia elétrica, as despesas efetivas

incorridas com esses tributos.

(2) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

A Lei 10.438/2002, art. 3º, instituiu o PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN.

Os custos concernentes à aquisição da energia gerada pelo PROINFA incorridos pela ELETROBRÁS, inclusive os custos administrativos, financeiros e os decorrentes de encargos tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores finais atendidos pelo SIN, exclusive os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80 KWH/mês.

Cabe aos agentes do SIN que comercializem energia com o consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD, relativas a consumidores livres, recolher à ELETROBRÁS, para crédito do PROINFA, o valor da quota anual, em duodécimos, fixada pela ANEEL.

Os procedimentos para o rateio dos custos do Programa, bem como para a alocação da respectiva energia aos agentes quotistas, constam no Decreto n o 5.025, de 30 de março de 2004.

16 Créditos tributários

Representam créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Em 1 de julho de 2002, a CVM publicou a Instrução nº 371/02, que estabelece novos critérios de avaliação e divulgação dos créditos fiscais diferidos. Em atendimento às disposições contidas nessa Instrução, estima-se as seguintes realizações dos créditos fiscais da controladora e consolidado:

| <u>Previsão de realização</u> | <u>Realizações de créditos fiscais</u> | |
|-------------------------------|--|--------------------|
| | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
| 2006 | - | 22.959 |
| 2007 | 1.062 | 28.012 |
| 2008 | 5.703 | 38.750 |
| 2009 | 7.427 | 44.274 |
| 2010 | 10.984 | 23.671 |
| 2011 | 12.431 | 13.867 |
| 2012 | 2.240 | 3.314 |
| 2013 | - | 623 |
| 2014 | - | 1.997 |
| Total contabilizado | <u>39.847</u> | <u>177.467</u> |
| Parcela de curto prazo | - | 22.959 |
| Parcela de longo prazo | 39.847 | 154.508 |

Nos últimos exercícios, a CFLCL vem apurando prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Dessa forma, somente constituiu créditos tributários incorridos até 30 de junho de 2002, de acordo com as normas previstas pela Deliberação CVM nº 273. A partir dessa data, por não se enquadrar nas regras da Instrução CVM nº 371, deixou de constituir créditos tributários no montante de

R\$30.638 (R\$25.336 em 2004), os quais, segundo projeções internas, estima-se serem realizados, a partir de 2013.

A controlada Energipe, que somente também havia constituído créditos tributários até 30 de junho de 2002, a partir do exercício de 2005 passou a enquadrar-se nas regras estabelecidas na Instrução CVM nº 371/02 e, portanto, constitui créditos tributários no montante de R\$13.368, referente ao período de 01 de julho de 2002 a 31 de dezembro de 2005.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| | <u>2005</u> | <u>2004</u> | <u>2005</u> | <u>2004</u> |
| <u>Imposto na demonstração do resultado</u> | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 42.554 | (20.035) | 174.587 | 44.336 |
| Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota efetiva | (14.468) | 6.812 | (59.360) | (15.074) |
| Ajustes: | | | | |
| Itens permanentes – equivalência patrimonial | 19.715 | 12.614 | 3.550 | 49 |
| Créditos fiscais não constituídos de acordo com a Instrução CVM nº 371 | (5.302) | (18.802) | (5.302) | (24.723) |
| Créditos fiscais de períodos anteriores constituídos conforme a Instrução CVM nº 371/02 | - | - | 13.368 | - |
| Redução do imposto de renda e adicionais (*) | - | - | 17.110 | 6.552 |
| Outros | (38) | (624) | (2.417) | 909 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | <u>(93)</u> | <u>-</u> | <u>(33.051)</u> | <u>(32.287)</u> |
| <u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u> | | | | |
| Prejuízos fiscais | 52.931 | 49.295 | 155.627 | 165.008 |
| Base negativa de contribuição social | 17.554 | 16.047 | 52.478 | 53.852 |
| Total | <u>70.485</u> | <u>65.342</u> | <u>208.105</u> | <u>218.860</u> |
| Créditos fiscais não constituídos em função da CVM 371 | <u>(30.638)</u> | <u>(25.336)</u> | <u>(30.638)</u> | <u>(38.704)</u> |
| Total | <u>39.847</u> | <u>40.006</u> | <u>177.467</u> | <u>180.156</u> |

(*) As controladas Energipe, Saelpa e CELB formalizaram pleito junto a ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste (antiga Sudene) e obtiveram a redução do imposto de renda e adicionais a partir do exercício de 2003 (CELB e Saelpa) e em 2004 (Energipe), através dos Laudos Constitutivos da ADENE de números 112 e 113/2004 Saelpa, 094/2004 CELB e 0106/2005 Energipe. O referido benefício fiscal consiste de redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais auferidos pelas controladas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, montam em R\$5.544 na Energipe, R\$10.431 (R\$5.819 em 2004) na Saelpa e R\$1.135 (R\$733 em 2004) na CELB, tendo sido contabilizados como Reservas de Capital no Patrimônio Líquido das controladas. O acréscimo patrimonial das controladas foi contabilizado pela controladora como equivalência patrimonial no resultado do período.

17 Investimentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|--------------|---------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Participações em empresas controladas/coligada | 474.492 | 535.526 | 195 | 148 |
| Ágio na aquisição de investimentos | 32.497 | 33.696 | - | - |
| Investimentos avaliados ao custo | 10.119 | 10.062 | 10.196 | 10.399 |
| (-) Provisão para perda na realização de investimentos | - | (533) | (482) | (533) |
| | <u>517.108</u> | <u>578.751</u> | <u>9.909</u> | <u>10.014</u> |

A seguir, informações sobre as participações em empresas controladas:

| | Energis a S.A. | CENF | Multipar S.A. | Multiagro Ltda. | Teleserv S.A.(1) | Cat-Leo Energia S.A. (2) | Cataguazes Serv. Aéreos (3) | Cat-Leo Serviços S.A. (4) | 2005 | 2004 |
|---|----------------|--------|---------------|-----------------|------------------|--------------------------|-----------------------------|---------------------------|---------|---------|
| Capital social | 755.904 | 21.000 | 3.553 | 5.550 | 1.140 | 98.966 | 120 | 45.889 | | |
| Quantidade de ações e quotas possuídas (mil): | | | | | | | | | | |
| Ordinárias | 18.991 | 57.509 | 3.531 | - | 38 | 146.870 | 8 | 45.889 | | |
| Preferenciais | - | - | 1 | - | 75 | - | 79 | - | | |
| Quotas | - | - | - | 3.700 | - | - | - | - | | |
| Participação (%) | 50,07 | 59,47 | 99,96 | 66,67 | 99,10 | 99,99 | 72,80 | 99,99 | | |
| Lucro (prejuízo) do exercício | 70.366 | 11.765 | 749 | (31) | (600) | - | 88 | 5.283 | | |
| Patrimônio líquido (passivo a descoberto) | 797.740 | 39.685 | 1.855 | 519 | (3.148) | - | 255 | 49.076 | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 35.231 | 6.832 | 749 | (20) | (595) | 10.441 | 64 | 5.283 | 57.985 | 37.099 |
| Investimentos | 399.429 | 23.600 | 1.855 | 346 | - | - | 186 | 49.076 | 474.492 | 535.526 |

- (1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Teleserv S.A no montante de R\$3.148 (R\$2.524 em 2004), registrado em outras contas a pagar no Exigível a Longo Prazo.
- (2) Conforme nota nº 35, o controle acionário da Cat-Leo Energia S.A. foi negociado através da alienação das ações com a Brascan Energética S.A., em abril de 2005.
- (3) Coligada – 20% do capital votante e 72,80% do capital total.
- (4) Arbitragem da Cat-Leo:

Conforme fato relevante publicado em 14 de abril de 2005, as Administrações da CFLCL, Cat-Leo Energia S.A. (Cat-Leo) e Cat-Leo Construções, Industria e Serviços de Energia S.A. (Cat-Leo Serviços) entenderam ser no melhor interesse das respectivas Companhias a resolução amigável das controvérsias com o acionista Energia do Brasil Participações Ltda, nova denominação social de Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda, que culminou com a decisão arbitral (Laudo) proferida pelo Tribunal Arbitral da Câmara de Comércio Internacional (CCI) em 03 de janeiro de 2005.

A Energia do Brasil Participações Ltda liberou a Cat-Leo e a Cat-Leo Serviços de todas e quaisquer responsabilidades e obrigações decorrentes do Laudo, outorgando às referidas companhias a mais ampla quitação com relação aos termos do Laudo.

Em contrapartida, foi pactuada uma promessa de compra e venda relativa à participação de 50% do capital social da UTEJF de titularidade da Energia do Brasil Participações Ltda, por meio da qual a Cat-Leo Serviços prometeu comprar da Energia do Brasil Participações Ltda a referida participação acionária pelo valor total de R\$54 milhões, sendo R\$29 milhões pagos no ato pela Cat-Leo Serviços a título de sinal e princípio de pagamento contabilizado na rubrica "Outros" no

realizável a longo prazo no consolidado e R\$25 milhões pagos quando e se concluída a promessa de compra e venda, observados os seguintes termos e condições:

- a) até 01/04/2006, a Cat-Leo Serviços e a Energia do Brasil Participações Ltda negociarão os aspectos básicos e as condições financeiras necessárias para a eventual implementação da conversão da UTEJF para a sua operação em ciclo-combinado;
- b) no entanto, a partir de 15/05/2005, qualquer das partes poderá requerer a conclusão da promessa de compra e venda, caso não seja mais do seu interesse dar continuidade à negociação acima mencionada; e
- c) caso a Energia do Brasil Participações Ltda não tenha requerido a conclusão da promessa de compra e venda antes de 01/04/2006, a partir desta data, a Cat-Leo Serviços terá o direito de arrependimento em relação à referida promessa, que se for exercido implicará a perda do sinal pago pela Cat-Leo Serviços em favor da Energia do Brasil Participações Ltda.

Caso seja concluída a promessa de compra e venda acima mencionada, Cat-Leo Serviços passará a deter 100% do capital social da UTEJF, ficando, portanto, extinto o atual acordo de acionistas da UTEJF.

Em atendimento ao artigo 33 da Instrução CVM nº 247/96 demonstra-se abaixo extrato do balanço patrimonial da controlada em conjunto UTEJF em 31 de dezembro de 2005.

| | <u>2005</u> | <u>2004</u> |
|--------------------------|----------------|----------------|
| Ativo | | |
| Ativo circulante | 69.298 | 71.090 |
| Realizável a longo prazo | 72.592 | 73.566 |
| Permanente | 97.176 | 101.943 |
| Total do Ativo | <u>239.066</u> | <u>246.599</u> |
| Passivo | | |
| Passivo circulante | 50.822 | 28.474 |
| Exigível a longo prazo | 91.469 | 142.006 |
| Patrimônio líquido | 96.775 | 76.119 |
| Total do Passivo | <u>239.066</u> | <u>246.599</u> |

18 Transações com partes relacionadas

Controladora:

| | 2005 | | 2004 | |
|---|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Companhias: | | | | |
| .Saelpa | - | 27.730 | - | 29.702 |
| .Pbpart Ltda | - | 38.841 | - | 50.745 |
| .Pbpart SE 2 Ltda | - | 148.197 | - | 43.872 |
| .Energipe | - | 10.465 | - | 19.959 |
| .Energisa S/A | 548 | - | - | 9.939 |
| .CENF | - | 13.591 | - | 9.666 |
| . UTEJF | - | - | - | 1.732 |
| . Multipar S/A | - | 744 | - | 283 |
| . Cataguases Serviços Aéreos | - | 42 | - | - |
| .Gipar S/A | - | 3.399 | - | 725 |
| .Multisetor Ltda | - | 26 | - | 18 |
| .Ivan M. Botelho | - | 53 | - | 16 |
| . Fondelec | - | 3.178 | - | 2.118 |
| . The Latin America Energy and Electricity Fund I,L.P | - | 3.837 | - | 2.558 |
| . Energia do Brasil Participações Ltda (nova denominação de Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda) | - | 26.146 | - | 17.430 |
| | <u>548</u> | <u>276.249</u> | <u>-</u> | <u>188.763</u> |
| Adiantamento para futuro aumento de capital: | | | | |
| . Multiagro Ltda | 2.272 | - | 2.249 | - |
| . Teleserv S/A | 14.582 | - | 13.228 | - |
| (-) Provisão para perdas | (4.000) | - | - | - |
| . Cat-Leo Serviços S/A | 78.897 | - | 28.746 | - |
| | <u>91.751</u> | <u>-</u> | <u>44.223</u> | <u>-</u> |
| Total | <u>92.299</u> | <u>276.249</u> | <u>44.223</u> | <u>188.763</u> |
| Outros saldos com partes relacionadas: | | | | |
| . UTEJF (*) | - | 50.112 | - | 56.673 |

(*) R\$811 (R\$18.831 em 2004) e R\$7.177 (R\$3.961 em 2004) estão contabilizados na rubrica Fornecedores no passivo circulante e exigível a longo prazo, respectivamente. R\$28.083 (R\$33.881 em 2004) estão contabilizados na rubrica empréstimos e financiamentos no passivo circulante e R\$14.041 no exigível a longo prazo e atualizados pela variação do CDI + 4,5% a.a..

A controlada Teleserv S.A. que comercializa assinatura de TV, vem apresentando resultados negativos devido ao atual nível de operações estar abaixo daquele necessário para atingir o ponto de equilíbrio de seus custos. A Administração daquela controlada implementou um novo segmento de produto visando complementar a atividade principal de TV por assinatura. Baseada nas projeções de mercado, as quais incluem este novo segmento operacional, a Administração avalia que o investimento de R\$14.582 (R\$13.228 em 2004) registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, esta acima do valor de mercado, tendo dessa forma constituído provisão para perdas da ordem de R\$4.000.

| | CONSOLIDADO | | | | | | |
|--|---------------|---------------|----------------|------------|--------------|----------------|----------------|
| | PASSIVO | | | | | TOTAL | |
| | CFLCL | UTEJF (*) | PBPART SE1 (*) | SAELPA | CATLE O CISE | 2005 | 2004 |
| . Gipar S/A | 3.399 | - | - | - | - | 3.399 | 725 |
| . Multisetor Ltda | 26 | - | - | - | - | 26 | 18 |
| . Ivan M. Botelho | 53 | - | - | 146 | - | 199 | 16 |
| . UTE-JF | - | - | - | - | - | - | (249) |
| . Fondelec | 3.178 | - | - | - | - | 3.178 | 2.118 |
| . The Latin America Energy and Electricity Fund I, L.P | 3.837 | - | - | - | - | 3.837 | 2.558 |
| . Energia do Brasil Participações Ltda (nova denominação social de Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda) | 26.146 | 17.471 | 132.688 | - | - | 176.305 | 167.589 |
| Total | 36.639 | 17.471 | 132.688 | 146 | - | 186.944 | 172.775 |
| Outros saldos com partes relacionadas: | | | | | | | |
| . UTE-JF (**) | 25.207 | - | - | - | 186 | 26.267 | 30.222 |

(*) Adiantamento para futuro aumento de capital

(**) R\$434 (R\$10.900 em 2004) e R\$3.711 (R\$2.417 em 2004) estão contabilizados na rubrica Fornecedores no passivo circulante e exigível a longo prazo, respectivamente. R\$14.041 (R\$16.940 em 2004) estão contabilizados na rubrica empréstimos e financiamentos no passivo circulante e R\$7.021 no exigível a longo prazo, atualizados pela variação do CDI + 4,5% a.a..

Os mútuos são originários de transações comerciais e financeiras normais no curso das operações e são remunerados pela taxa média de captação com terceiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, esses saldos foram remunerados em média pela variação do CDI + 4% a.a exceto os saldos com os acionistas: Gipar S.A., Multisetor Ltda., Ivan Muller Botelho, Fondelec, The Latin America Energy and Electricity Fund I, L.P e Energia do Brasil Participações Ltda, nova denominação social de Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., que se referem a dividendos retidos e estão registrados como mútuo sem a incidência de encargos financeiros.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital não sofrem a incidência de encargos financeiros.

Transações efetuadas:

Controladora:

| | Cia. De Eletricidad e de Nova Friburgo | | Empresa Energética de Sergipe S/A | PBPart SE1 S/A | Usina Term. de Juiz de Fora | CELB | PBPart Ltda | PBPart SE 2 | Energisa | Total | |
|---------------------------|--|---------|-----------------------------------|----------------|-----------------------------|------|-------------|-------------|----------|----------|----------|
| | Saelpa | | | | | | | | | 2005 | 2004 |
| Prestação de serviços | 810 | 7.686 | 779 | 600 | 233 | 756 | 720 | 600 | 960 | 13.144 | 9.840 |
| Energia elétrica comprada | - | - | - | - | (948) | - | - | - | - | (948) | (40.005) |
| Aluguel | - | 48 | - | - | - | 48 | - | - | - | 96 | 176 |
| Despesas financeiras | (6.383) | (2.237) | (3.675) | - | (8.972) | - | (11.451) | (19.022) | (2.201) | (53.941) | (38.807) |
| Custo e uso de conexão | - | 490 | - | - | 1.632 | - | - | - | - | 2.122 | 1.682 |

Consolidado:

| | <u>UTEJF</u> | <u>Gipar S/A</u> | <u>2005</u> | <u>2004</u> |
|---------------------------|--------------|------------------|-------------|-------------|
| Prestação de serviços | 116 | - | 116 | 51 |
| Energia elétrica comprada | (643) | - | (643) | (4.890) |
| Despesas financeiras | (4.466) | (2.317) | (6.783) | (4.338) |
| Custo e uso de conexão | 816 | - | 816 | 373 |

Os preços praticados dos serviços contratados, referentes às áreas administrativas e apoio, levam em conta a recuperação dos custos efetivamente incorridos, acrescidos de um resultado líquido de impostos da ordem de 10%.

Essas operações estão amparadas por contratos de longo prazo submetidos à aprovação da ANEEL.

19 Imobilizado

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Em serviço: | | | | |
| Produção - | | | | |
| Geração hidráulica | 68.791 | 67.029 | 107.050 | 211.662 |
| Geração termelétrica | - | - | 58.027 | 57.399 |
| Sistema de transmissão de conexão | 5.287 | 5.435 | 7.723 | 13.989 |
| Distribuição - | | | | |
| Linhas, redes e subestações | 296.738 | 277.485 | 1.176.913 | 1.068.555 |
| Comercialização | 3.854 | 3.925 | 13.256 | 16.170 |
| Administração | 26.248 | 23.955 | 85.500 | 93.478 |
| | 400.918 | 377.829 | 1.448.469 | 1.461.253 |
| Depreciação acumulada: | | | | |
| Produção - | | | | |
| Geração hidráulica | (13.802) | (11.826) | (23.081) | (18.839) |
| Geração termelétrica | - | - | (11.214) | (8.352) |
| Sistema de transmissão de conexão | (908) | (798) | (1.130) | (1.282) |
| Distribuição - | | | | |
| Linhas, redes e subestações | (121.880) | (108.910) | (444.593) | (400.765) |
| Comercialização | (974) | (896) | (4.568) | (4.299) |
| Administração | (14.128) | (14.015) | (40.488) | (38.763) |
| | (151.692) | (136.445) | (525.074) | (472.300) |
| Em curso: | | | | |
| Produção - | | | | |
| Geração hidráulica | 5.492 | 5.377 | 22.176 | 96.708 |
| Geração termelétrica | - | - | 745 | 891 |
| Geração outras | - | - | 450 | 406 |
| Sistema de transmissão de conexão | - | 371 | - | 1.128 |
| Distribuição - | | | | |
| Linhas, redes e subestações | 17.299 | 8.009 | 119.803 | 60.376 |
| Comercialização | 1 | 13 | 28 | 96 |
| Administração | 89 | 2.432 | 1.029 | 5.783 |
| | 22.881 | 16.202 | 144.231 | 165.388 |
| Subtotal | 272.107 | 257.586 | 1.067.626 | 1.154.341 |
| Ágio de empresa incorporada | - | - | 538.012 | 538.012 |
| Ágios em empresas investidas | - | - | 429.328 | 429.328 |
| Amortização acumulada | - | - | (100.508) | (80.020) |
| Subtotal | - | - | 866.832 | 887.320 |
| Contribuições de consumidores | (81.412) | (78.992) | (175.250) | (170.931) |
| Participação da União – recursos CDE | (4.308) | - | (43.043) | (5.737) |
| Participação do Governo do Estado | (1.138) | - | (9.997) | - |
| Reserva para reversão | (1.409) | (1.409) | (1.723) | (1.723) |
| Obrigações vinculadas à concessão | (88.267) | (80.401) | (230.013) | (178.391) |
| Total | 183.840 | 177.185 | 1.704.445 | 1.863.270 |

Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União – recursos CDE, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e estão destinados ao programa Luz para Todos.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da CFLCL e da controlada Energipe, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

As taxas médias anuais de depreciação por macro-atividade, são as seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|------|-------------|------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Geração: | | | | |
| Hidráulica | 2,26 | 2,25 | 2,26 | 2,25 |
| Termelétrica | - | - | 5,00 | 5,00 |
| Distribuição | 4,41 | 4,40 | 4,43 | 4,41 |
| Comercialização | 3,33 | 3,34 | 3,35 | 3,33 |
| Administração e outros | 7,76 | 7,76 | 7,77 | 7,76 |

Durante o exercício de 2005 a controladora e suas controladas efetuaram a transferência de encargos financeiros para o Imobilizado em curso, conforme abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Encargos financeiros contabilizados no resultado | 72.563 | 74.025 | 252.416 | 224.840 |
| (-) transferência para o imobilizado em curso | (186) | (981) | (5.732) | (7.031) |
| Efeito líquido no resultado | 72.377 | 73.044 | 246.684 | 217.809 |

Ágios em investidas

Os ágios pagos nas aquisições das controladas CENF, Energipe, Saelpa e Celb, estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para essas controladas. Em 31 de dezembro de 2005, a previsão de amortização de tais ágios é como segue:

| Período de amortização | Controladora | Consolidado |
|------------------------|---------------|----------------|
| 2006 a 2007 | 3.069 | 51.750 |
| 2008 a 2009 | 4.295 | 63.804 |
| 2010 a 2011 | 5.761 | 74.613 |
| 2012 a 2013 | 9.685 | 86.080 |
| 2014 a 2015 | 9.687 | 88.139 |
| 2016 a 2017 | - | 80.514 |
| 2018 em diante | - | 421.932 |
| Total | 32.497 | 866.832 |
| Classificado como : | | |
| Investimento | 32.497 | - |
| Imobilizado | - | 866.832 |

Programa Nacional de Universalização e Luz Para Todos

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52, de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas ligações para o fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras ainda não atendidas. Tal atendimento foi regulamentado pelos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou, então, a prioridade de atendimento aos municípios com menores índices de desenvolvimento humano (IDH) e de eletrificação, tendo limitado a responsabilidade das concessionárias, nesses atendimentos, a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

Em 2005, a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina envidou esforços visando atender a toda a população na sua área de concessão, tendo atingido o índice de atendimento urbano de 99,98%. A expectativa é de que ao final de 2006 toda a zona urbana atendida pela Companhia esteja eletrificada.

Já nas zonas rurais da área de concessão da Companhia foram eletrificadas, em 2004, propriedades no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, elevando-se o índice de eletrificação rural para 87,98%. A expectativa é de que, através do Programa Luz para Todos, referente ao programa de universalização específico para as áreas rurais, 100% das propriedades rurais estejam eletrificadas ao final de 2006.

A universalização dos serviços de energia elétrica na área de concessão da controlada CENF deverá ser atingida em 2006, com a adesão da empresa ao programa "LUZ PARA TODOS", conforme Termo de Compromisso assinado entre a CENF, o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, o índice de universalização na área atendida pela CENF é de 99,8%, sendo 98,2% na área rural e 100% nas áreas urbanas.

A controlada ENERGIPE que atende a 63 Municípios do Estado de Sergipe, o que corresponde a 90% do mercado e Energia do Estado, bem como as controladas Saelpa e CELB, que atendem a todo o Estado da Paraíba, submeteram, em setembro de 2003, à ANEEL, os respectivos Planos de Universalização de Energia Elétrica que foram implementados no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2004. Os planos para atendimento ao período compreendido entre 2005 a 2008 foram apresentados em 15 de setembro de 2004 e aqueles relativos ao atendimento às unidades previstas para períodos subsequentes foram apresentados em 31 de março de 2005.

A ANEEL, através da Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade, publicou, em 25 de junho de 2004, a Nota Técnica 043/2004, aprovando o Plano de Universalização da CELB e, em 5 de agosto de 2004, as Notas Técnicas 099/2004 e 101/2004, aprovando os Planos da Energipe e Saelpa, respectivamente.

Paralelamente, através do Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia – MME a ser operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás e das empresas que compõem o sistema Eletrobrás,

o Programa “LUZ PARA TODOS” - PLT, destinado a propiciar, até 2008, o atendimento com energia elétrica à toda a parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço. De acordo com art. 2º do citado Decreto, os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. A Portaria Ministerial nº 38, emitida em 9 de março de 2004, publicou o Manual de Operacionalização do PLT, tendo sido revogada pela Portaria nº 447, de 31 de dezembro de 2004, que aprovou a revisão do citado Manual de Operacionalização, o qual estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no referido Programa.

Foi necessário, então, compatibilizar os Planos, de forma a atender a todas as unidades existentes no meio urbano e rural, tendo em vista existirem, nos citados documentos legais, diferenças de critérios para priorização das unidades a serem atendidas, cuja normatização se deu com a publicação da Resolução Normativa nº 175, de 28 de novembro de 2005.

Em 2004, as distribuidoras do Sistema Cataguazes Leopoldina, assinaram Termos de Compromissos com o Ministério de Minas e Energia - MME e com os respectivos Governos Estaduais, com a interveniência da ANEEL e da Eletrobrás, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa “LUZ PARA TODOS”, no que tange à origem dos Recursos Financeiros e Metas, cujos percentuais de participação, anos de conclusão dos planos, valores a serem investidos e quantidade de consumidores a serem atendidos encontram-se abaixo:

| | Participações (%) | | | | | |
|--------------------------|-------------------|------|----------|-------|--------|--------|
| | CFLCL | CENF | Energipe | CELB | Saelpa | Total |
| Governo Estadual | 10 | 33 | 30 | 20 | 20 | - |
| Governo Federal-CDE | 41 | 10 | 50 | 55 | 55 | - |
| Distribuidora – RGR | 34 | 42 | 5 | 10 | 10 | - |
| Distribuidora – próprios | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | - |
| Ano de Conclusão | 2006 | 2006 | 2006 | 2006 | 2008 | - |
| R\$ milhões a investir | 17,1 | 1,5 | 145,1 | 4,9 | 226,5 | 395,1 |
| Consumidores a atender | 5.631 | 404 | 29.143 | 1.349 | 44.100 | 80.627 |

No que diz respeito à universalização urbana, o prazo para atendimento é mais dilatado que o previsto para a universalização rural, como destacado abaixo, sendo que os recursos a serem aplicados para o meio urbano serão, na sua totalidade, de responsabilidade das distribuidoras, cujos valores aproximados, bem como o número de consumidores a serem atendidos, são:

| EMPRESAS | CFLCL | CENF | Energipe | Saelpa | CELB | Total |
|------------------------|-------|------|----------|--------|------|--------|
| Ano de Conclusão | 2006 | 2006 | 2006 | 2008 | 2006 | - |
| R\$ milhões a investir | 8,0 | - | 5,0 | 5,2 | 0,2 | 18,4 |
| Consumidores a atender | 1.408 | - | 6.018 | 8.206 | 337 | 15.969 |

Em resumo, serão investidos R\$413,5 milhões (R\$25,1 milhões, R\$1,5 milhões, R\$150,1 milhões, R\$ 231,7 milhões e R\$ 5,1 milhões pelas distribuidoras CFLCL, CENF, ENERGIPE, SAELPA e CELB, respectivamente, no período de

2004 a 2008 visando à universalização dos serviços de energia elétrica nas respectivas áreas de concessão, com acréscimo de 96.596 novos consumidores ao mercado das empresas em tela, dos quais 7.039 na CFLCL, 404 na CENF, 35.161 na ENERGIPE, 52.306 na SAELPA e 1.686 na CELB.

Os administradores das empresas em foco têm plena ciência do desafio que será a implantação desses Programas, nos quais serão aplicados recursos que mais que dobram os investimentos das empresas, considerando os que estarão sendo investidos na ampliação do sistema para atender ao crescimento vegetativo, no acréscimo da capacidade instalada e na manutenção das instalações existentes. Entretanto, sabem, também, que tais investimentos contribuirão, em muito, para minimizar diferenças regionais, além de ampliar o mercado consumidor, evitando o êxodo rural para as grandes cidades, como também impactando, com reflexos diretos, as potencialidades de crescimento dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe e da Paraíba.

A Companhia e suas controladas Energipe, CELB, Cenf e Saelpa efetuaram aplicação no Programa "LUZ PARA TODOS" da ordem de R\$13.181 na controladora e R\$93.319 no consolidado, já tendo recebido recursos de R\$9.025 e R\$61.721 controladora e consolidado respectivamente.

A Eletrobrás e os Governos Estaduais deverão repassar para a Distribuidoras do Sistema Cataguazes Leopoldina, recursos da ordem de R\$2.179 e R\$17.600, para a controladora e consolidado, respectivamente, referentes as participações daqueles agentes no Programa, cujos montantes ainda não foram liquidados.

20 Diferido

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|--------------|-------|-------------|---------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Custo de aquisição de softwares | 4.112 | 2.955 | 21.772 | 13.970 |
| Amortização acumulada | (1.497) | (880) | (7.064) | (4.958) |
| Total | 2.615 | 2.075 | 14.708 | 9.012 |

21 Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| CIRCULANTE | | | | |
| Suprimento: | | | | |
| Chesf | - | - | 16.685 | 54.526 |
| Furnas | 2.046 | 3.272 | 2.046 | 3.272 |
| AMPLA | - | - | 2.225 | 1.908 |
| Contratos Bilaterais | 11.611 | 17.424 | 48.100 | 36.174 |
| Energia Livre | 279 | 279 | 34.939 | 31.262 |
| Uso de rede básica | 346 | 613 | 6.553 | 9.074 |
| Conexão à rede | - | - | 445 | 777 |
| Uso do sistema de distribuição (CUSD) | 1.584 | 571 | 4.224 | 1.888 |
| Materiais e serviços | 6.721 | 4.638 | 36.860 | 29.474 |
| Gasmig/Petrobrás – parcela compensatória | - | - | 4.697 | 12.077 |
| Outros | 163 | 99 | 5.244 | 1.112 |
| | 22.750 | 26.896 | 162.018 | 181.544 |
| LONGO PRAZO | | | | |
| Suprimento: | | | | |
| Parcela Compensatória | 7.177 | 13.188 | 5.680 | 9.723 |
| Energia livre | - | - | 18.801 | 27.156 |
| Provisão constituída (*) | - | - | (2.714) | (632) |
| Materiais e serviços | - | - | 9.186 | 18.132 |
| | 7.177 | 13.188 | 30.953 | 54.379 |
| TOTAL | 29.927 | 40.084 | 192.971 | 235.923 |

(*) vide nota explicativa nº 8.

Parcela compensatória Gasmig/Petrobrás

O contrato para aquisição de gás natural firmado pela controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. ("UTEJF") com a Gasmig / Petrobrás prevê que a parcela compensatória, correspondente as variações cambiais anuais ocorridas entre os períodos de reajustes de preços, será repassada para tarifa do gás nos reajustes anuais subseqüentes. Da mesma forma, a legislação e normas que regulam a atuação dos produtores termelétricos inclusos no Programa Prioritário de Termoeletricidade PPT, permite que esses produtores repassem para as tarifas de venda de energia elétrica os impactos de incremento nos custos decorrentes desta variação cambial.

De acordo com a ANEEL, os valores a serem repassados para as tarifas de energia das distribuidoras dependem de diversos aspectos destacando-se os seguintes: (a) a usina que lastreia o contrato de compra e venda de energia deve estar em operação comercial; e (b) o repasse é função, fundamentalmente, da validação dos dados por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP), como está previsto na Portaria Interministerial nº 234, de 22 de julho de 2002.

Até 31 de dezembro de 2005, a controlada em conjunto incorreu em custos, ainda não pagos, relativos à parcela compensatória devida a Gasmig / Petrobrás no montante de R\$9.394. Este passivo foi registrado em contrapartida com um ativo a receber das distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina, adquirentes da energia da UTEJF, que por sua vez reconheceram o passivo em contrapartida com a conta de compensação de variações da parcela A – CVA (despesas pagas antecipadamente – ativo circulante).

Conforme mencionado acima, o repasse dos custos da parcela compensatória para tarifa de energia elétrica das distribuidoras CFLCL, CENF, Energipe, Saelpa e CELB depende da validação dos cálculos por parte da ANP e homologação final da CVA por parte da ANEEL.

A Administração das companhias, baseada na legislação vigente, entende que o passivo da UTEJF registrado com a Gasmig/Petrobrás somente será pago após os reguladores ratificarem o repasse dos referidos custos para as tarifas de energia elétrica das distribuidoras.

22 Empréstimos e financiamentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|------------------|-----------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Em moeda nacional, com juros de até 7% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Finame, Banese e BNDES) (*) | 21.400 | 32.519 | 258.502 | 500.507 |
| Em moeda nacional, com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES) | 728 | 1.795 | 53.105 | 70.709 |
| Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e variação da Finel, RGR (Eletrobrás) | 14.913 | 13.337 | 26.358 | 21.400 |
| Em moeda nacional, com juros de até 10% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Inergus) | - | - | 12.602 | 14.862 |
| Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação da TR e INPC(Funasa) | - | - | 905 | 3.910 |
| Em moeda nacional, com juros de até 5% a.a. acima do CDI (Bancos: Mercantil, Rural, Schahin, ABC Brasil, HSBC, BBM, Brascan, Bradesco, Santos, Banif Primus, Fibra, Guanabara, Daycoval, Cruzeiro do Sul, Banco do Nordeste, Santander, Unibanco, Prosper, Credit Suisse e Cédula) | 88.504 | 65.438 | 339.968 | 218.739 |
| Em moeda nacional, c/juros de 4,5% a.a., e atualização monetária com base na variação da UMBND (BNDES) | - | - | 32.364 | 55.527 |
| Em moeda nacional, c/juros de 14% a.a (Banco do Nordeste) | - | - | 31.037 | - |
| Em moeda nacional, c/juros de 0,75% a.m. e atualização monetária com base na variação da taxa TBF (Banese) | - | - | 4.412 | 4.406 |
| Em moeda nacional, com juros de até 5% a.a. e atualização monetária acima Taxa Selic (Banco BNL) | 1.210 | 2.502 | 1.210 | 2.502 |
| Em moeda nacional, com atualização de 109% a.a da variação do CDI (FIDC). | 50.763 | - | 213.206 | - |
| Em moeda nacional, com juros de até 102,5% a.a da variação do CDI (Banco Itaú BBA S.A). | - | 82.331 | - | 82.331 |
| Em moeda nacional, com juros de 5,1% a 12,68% a.a. acima do CDI (Bancos: Mercantil, Rural, Schahin, ABC Brasil, HSBC, BBM, Brascan, Bradesco, Santos, Banif Primus, Fibra, Guanabara, Daycoval, Cruzeiro do Sul, Banco do Nordeste, Santander, Unibanco, Prosper, Credit Suisse e Cédula) | 16.961 | 10.408 | 169.345 | 70.899 |
| | | | | 1.045.79 |
| Total moeda nacional | 194.479 | 208.330 | 1.143.014 | 2 |
| Em moeda estrangeira (US\$), com juros de 9,44% a.a. mais variação cambial (Unibanco)) | - | - | 4.879 | 7.744 |
| Em moeda estrangeira (US\$), com juros de 7,5% a.a. mais variação cambial (Short Term Notes) | 72.562 | - | 72.562 | - |
| | | | | 1.053.53 |
| Total | 267.041 | 208.330 | 1.220.455 | 6 |
| Parcela de curto prazo | 112.218 | 163.871 | 528.295 | 582.879 |
| Parcela de longo prazo | 154.823 | 44.459 | 692.160 | 470.657 |

(*) Os financiamentos obtidos junto ao BNDES, incluem:

. R\$21.392 (R\$32.450 em 2004), obtido pela CFLCL para suas atividades operacionais de transmissão, distribuição e geração de energia elétrica em sua área de concessão;

. R\$29.455 (R\$54.230 em 2004), obtido pela Pbpart Ltda, para aquisição do controle acionário da CELB;

. R\$119.250 (R\$219.336 em 2004), obtido pela Energipe, para aquisição do controle acionário da Saelpa;

. A controlada Energipe também obteve financiamentos para suas atividades operacionais junto ao BNDES, no montante de R\$81.070 (R\$108.488 em 2004);

. R\$7.326 (R\$7.785 em 2004), obtido pela controlada em conjunto UTEJF para financiamento da implantação da Usina Termelétrica a Gás Natural.

Estes financiamentos estão garantidos pelas cauções das próprias ações adquiridas e a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da CENF de propriedade da CFLCL.

Os contratos firmados pela Pbpart Ltda, Energipe e UTEJF com o BNDES, possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2005, as controladas não atingiram alguns dos índices estabelecidos, porém, através de manifestação expressa, o BNDES concordou com o descumprimento para o presente exercício.

Os financiamentos obtidos junto às demais instituições financeiras estão garantidos por vinculação de parcelas das receitas da Companhia e de suas controladas. Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Em relação ao fundo de direitos creditórios – FIDC, CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, CELB e Saelpa constituíram garantias de suas carteiras e caso não sejam recebidas, foram empenhados o direitos aos futuros ressarcimentos por parte do regulador que serão devidos ao término da concessão.

O contrato da UTEJF também prevê a manutenção de recursos mínimos em conta de aplicação financeira vinculada ao pagamento das prestações . Em 31 de dezembro de 2005, o saldo registrado na rubrica “Aplicações no mercado aberto” no ativo circulante era de R\$1.676 no consolidado.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

| Moeda/indicadores | 2005 | 2004 |
|--------------------------|-------------|-------------|
| US\$ x R\$ | -11,84% | -8,13% |
| TJLP | 9,75% | 9,81% |
| SELIC | 19,04% | 16,25% |
| Finel | 0,24% | 2,38% |
| TR | 2,83% | 1,82% |
| CDI | 18,99% | 16,17% |
| UMBND | -14,04% | -7,40% |
| IGPM | 1,20% | 12,42% |
| INPC | 5,05% | 6,13% |
| TBF | 18,37% | 15,61% |
| IGPDI | 1,23% | 12,95% |

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

| | 2005 | |
|-----------|---------------------|--------------------|
| | Controladora | Consolidado |
| 2007 | 126.156 | 439.295 |
| 2008 | 17.593 | 150.830 |
| 2009 | 1.484 | 42.968 |
| 2010 | 1.072 | 11.013 |
| 2011 | 1.072 | 11.013 |
| Após 2011 | 7.446 | 36.956 |
| | 154.823 | 692.075 |

23 Debêntures

Principais características das debêntures:

| Série | 3ª emissão | | 4ª emissão | | 6ª emissão | |
|--------------------------|-------------------|------------------|--|--------------------|-------------------|------------------|
| | 1ª série | 2ª série | 1ª série | 2ª série | 1ª série | 2ª série |
| Tipo de emissão | Pública | Pública | Pública | Pública | Pública | Pública |
| Data de emissão | 01/08/1997 | 01/08/1997 | 08/12/1997 | 08/12/1997 | 15/07/2003 | 15/07/2003 |
| Data de vencimento | 01/02/2005 | 01/02/2006 | 08/12/2007 | 08/12/2007 | 06/06/2006 | 15/01/2008 |
| Garantia | Flutuante | Flutuante | Real | Real | Flutuante | Flutuante |
| Rendimentos | TJLP +4% AA. | TJLP +4% AA. | TJLP + 5,5% AA. | TJLP + 2,5% AA. | CDI + 4,5% AA | CDI + 4,5% AA |
| Quantidade de títulos | 3.000 | 2.500 | 663.609 | 1.067.696 | 110 | 20 |
| Valor na data de emissão | 30.000 | 25.000 | 33.180 | 53.385 | 1.000 | 1.000 |
| Títulos em circulação | | 2.500 | 663.609 | 1.067.696 | 110 | 20 |
| Amortizações/parcelas | 14 semestrais | 14 semestrais | 5 anuais, correspondendo, a cada uma, 20% do valor nominal na data de emissão, acrescido da parcela capitalizada da TJLP e juros, vencendo a 1ª ao término do 6º ano após a emissão. | | 30 mensais | 48 mensais |
| Saldos em 31/12/2005 | - | 4.651 | 19.123 | 30.714 | 17.011 | 9.072 |
| . Parcela de curto prazo | - | 4.651 | 9.628 | 15.437 | 17.011 | 5.109 |
| . Parcela de longo prazo | - | - | 9.495 | 15.277 | - | 3.963 |

As debêntures de 6ª emissão apresentam cláusulas restritivas que, em geral, estipulam a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis e de manutenção de indicadores financeiros mínimos. De acordo com os termos

da Escritura da 6ª emissão de Debêntures, o descumprimento desses índices implicará em aumento dos encargos financeiros na razão de 1% (um por cento) ao ano no trimestre seguinte que se verificar a inobservância dos indicadores.

A CFLCL não atingiu alguns dos índices estabelecidos, relativamente aos trimestres findos em 31 de dezembro de 2004 e em 31 de março de 2005. Tal descumprimento por dois trimestres consecutivos implica no aumento do spread utilizado para o cálculo da remuneração em 1% (um por cento) ao ano. Assim, as debêntures foram remuneradas no 1º semestre de 2005 por um spread de 5,5% (4,5% + 1%) ao ano, calculada pro rata temporis, conforme disposto na Escritura de Emissão.

Em Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em junho de 2005, foi aprovada a revisão dos índices financeiros mínimos, apresentados na referida cláusula, com vistas a refletir os impactos das alienações de ativos procedidas, o programa de universalização do serviço de energia elétrica implementado pelo Governo Federal e o acordo firmado com o acionista Energia do Brasil Participações Ltda nova denominação de Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda, envolvendo a Usina Termelétrica de Juiz de Fora. Desta forma, com a aprovação dos novos indicadores financeiros, a CFLCL encontrava-se devidamente enquadrada em todos os indicadores financeiros nos 1º e 2º trimestres de 2005. Independente do enquadramento proporcionado pelos novos indicadores financeiros, a CFLCL pagou o incremento da remuneração de 1% (um por cento), em 15 de junho de 2005, retornando, a partir daquela data, o spread para os 4,5% ao ano, calculada pro rata temporis.

24 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, Cat-Leo, CELB e Saelpa aderiram ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. A CFLCL e suas controladas Energipe, CELB e Saelpa e UTEJF, também parcelaram seus débitos fiscais de ICMS junto aos Governos Estaduais.

As controladas indiretas Saelpa e CELB liquidaram parte do parcelamento de ICMS com o Estado da Paraíba, reduzindo o saldo a pagar em R\$91.580, vide nota nº 12.

Em 31 de dezembro de 2005, os débitos totalizam R\$9.591 (R\$13.074 em 2004) na controladora e R\$72.323 (R\$175.449 em 2004) no consolidado, cuja liquidação está assim programada:

| | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|------------------------|---------------------|--------------------|
| Ano | | |
| 2006 | 1.060 | 12.120 |
| 2007 | 1.109 | 11.649 |
| 2008 | 1.109 | 11.088 |
| 2009 | 1.109 | 9.373 |
| Após 2009 | 5.204 | 28.093 |
| Total | 9.591 | 72.323 |
| Parcela de curto prazo | 1.060 | 12.120 |
| Parcela de longo prazo | 8.531 | 60.203 |

25 Patrimônio líquido - controladora

Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado está representado por 51.218.232.398 ações ordinárias, 82.392.170.239 ações preferenciais classe “A” e 253.492.770 ações preferenciais classe “B”, sem valor nominal. As ações preferenciais classe “A” não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações. As ações preferenciais classe “B” não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações.

O Conselho de Administração, em reunião de 25 de maio de 2000, autorizou a aquisição, para permanência em tesouraria e, posterior alienação, de até 200.000.000 ações ordinárias, 2.700.000.000 ações preferenciais classe “A” e 25.000.000 ações preferenciais classe “B” de emissão da Companhia. Até 30 de setembro de 2005, foram adquiridas 173.697.043 ações ordinárias e 2.608.274.448 ações preferenciais classe “A”, que se encontram registradas na rubrica “ações em tesouraria”, classificadas no patrimônio líquido pelo valor de R\$5.653.

A Assembléia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 9 de dezembro de 2003, que aprovou a absorção de prejuízos acumulados pelo capital social no montante de R\$74.358, bem como a conferência às ações preferenciais, independentes da classe do direito de dividendos cumulativos nos exercícios sociais de 2003 e 2004, continuam ainda aguardando decisão final dos processos judiciais interpostos pelos acionistas minoritários FondElec Essential Services Growth Fund L.P e The Latin America Energy and Electricity Fund I, L.P (em conjunto detentores de 12,2% do capital votante e 13% do capital total da Companhia), ambos geridos pelo FondElec Capital Advisors signatários de “Acordo de Acionistas” arquivado nesta Companhia. Tais processos judiciais encontram-se atualmente suspensos. Caso as decisões finais nos processos judiciais venham a negar eficácia às deliberações dessa Assembléia, os registros contábeis delas decorrentes deverão ser revistos.

A Energia do Brasil Participações Ltda. (“Energia do Brasil”), nova denominação da Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. (detentora de 21,6% do capital votante e 39,4% do capital total da Companhia), também interpôs processo judicial com relação a citada AGE. Conforme informado na nota explicativa nº 38, os compradores da Energia do Brasil já extinguiram todas as ações judiciais que estavam em curso de forma definitiva, sem que as mesmas venham a repetir-se, ou sejam sucedidas por novas reclamações.

Reservas de Lucros

No exercício, a administração propõe retenção de lucros da ordem de R\$19.300, para fins de aplicação nos investimentos, apresentados em orçamento de capital a ser aprovado em Assembléia Geral.

Ajuste de exercícios anteriores

A ANEEL através da Resolução 176, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu novos critérios e procedimentos para contabilização dos custos com Pesquisa & Desenvolvimento (Programa de Eficiência Energética – PEE, Pesquisa & Desenvolvimento – P&D e Empresa de Pesquisa Energética – EPE), anteriormente

registrado pelo regime de caixa devam passar a ser reconhecidos pelo de competência. O IBRACON através do Comunicado Técnico de 03/06, concluiu que os custos de exercícios anteriores seriam levados a débito da conta de lucros acumulados. A Companhia contabilizou em 31 de dezembro de 2005 R\$595 naquela rubrica. Os reflexos dos ajustes de exercícios anteriores registrados pelas controladas em seus respectivos patrimônios líquidos foram reconhecidos pela controladora como resultado de equivalência patrimonial, conforme previsto pela Instrução CVM 247/96.

Dividendos

As ações preferenciais classe “A” receberão dividendos mínimos de 10% a.a. calculados sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações. As ações preferenciais classe “B” têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações.

A Administração provisionou, no exercício de 2005, o pagamento de dividendos prioritários no valor de R\$16.723, correspondentes a R\$0,2092 por lote de mil ações preferenciais classe “A” e de R\$0,1255 por lote de mil ações preferenciais classe “B”.

Segue-se o cálculo dos referidos dividendos:

| | Capital social | Dividendos R\$/mil ações | Dividendos | % |
|---|-----------------------|---------------------------------|-------------------|----------|
| Ações preferenciais classe A | 172.323 | 0,2092 | 17.236 | 10 |
| Ações preferenciais classe B | 530 | 0,1255 | 31 | 6 |
| | | | 17.267 | |
| (-) Parcela relativa às ações em tesouraria | | | (544) | |
| | | | 16.723 | |

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos provisórios representam 53,8% da base de cálculo mencionada.

Ressalta-se que 68,33% do montante a ser distribuído ficará registrado no exigível a longo prazo, sob a rubrica “controladores, controladas e partes relacionadas” em face da sua subordinação à escritura da 6ª emissão de debêntures da Companhia.

26 Segregação de atividades – Lei 10.848/2004

Em 12/09/2005, a ANEEL, por meio da Resolução nº 313, aprovou o plano de reorganização de ativos e passivos, direta e indiretamente detidos pela Companhia e pela controlada Energipe, incluindo participações em outras sociedades, com vistas à segregação das atividades de geração, distribuição de energia e participações permanentes em outras sociedades, em atendimento à Lei 10.848, de março de 2004. Citada Resolução também estabelece o prazo de conclusão do processo em até 24 de março de 2006. O plano de reorganização se sujeita à anuência do órgão da administração e aprovação de terceiros, incluindo-se debenturistas, instituições financeiras e outros credores. Como essas negociações não foram concluídas, a Administração da Companhia e da controlada Energipe solicitaram a ANEEL dilatação do prazo de conclusão da segregação de atividades para até 30 de outubro de 2006.

27 Fornecimento de energia elétrica

a. Controladora

| | Não auditado | | | | | |
|---|------------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
| | Número de consumidores | | MWh | | R\$ | |
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Residencial | 238.962 | 232.004 | 307.172 | 295.615 | 146.163 | 131.703 |
| Industrial | 3.290 | 3.277 | 243.378 | 299.323 | 67.144 | 68.762 |
| Comercial | 27.418 | 26.860 | 142.093 | 132.052 | 56.923 | 49.823 |
| Rural | 42.917 | 40.408 | 114.794 | 109.133 | 30.443 | 27.328 |
| Poder público: | | | | | | |
| Federal | 47 | 44 | 330 | 307 | 132 | 118 |
| Estadual | 410 | 388 | 6.948 | 6.483 | 1.194 | 1.047 |
| Municipal | 2.543 | 2.406 | 14.632 | 13.655 | 7.410 | 6.497 |
| Iluminação pública | 245 | 235 | 59.302 | 59.055 | 13.987 | 13.151 |
| Serviço público | 513 | 503 | 32.406 | 30.741 | 8.682 | 7.511 |
| Consumo próprio | 132 | 131 | 2.444 | 2.256 | - | - |
| Subtotal | 316.477 | 306.256 | 923.499 | 948.620 | 332.078 | 305.940 |
| Suprimento de energia elétrica | - | - | 19.353 | 115.479 | 5.824 | 4.041 |
| Fornecimento não faturado (líquido) | - | - | (1.181) | 1.169 | (3) | 964 |
| Diferença Reajuste Tarifário | - | - | - | - | 30.854 | - |
| Disponib. do sist. de transm. e de distrib. | - | - | - | - | 18.419 | 8.951 |
| Outros serviços taxados | - | - | - | - | 17.156 | 13.235 |
| Total | 316.477 | 306.256 | 941.671 | 1.065.268 | 404.328 | 333.131 |

b. Consolidado

| | Não auditado | | | | | |
|---|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Número de consumidores (*) | | MWh | | R\$ | |
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Residencial | 1.593.398 | 1.553.630 | 1.834.403 | 1.756.759 | 717.275 | 603.940 |
| Industrial | 11.766 | 11.397 | 1.442.367 | 1.838.820 | 327.672 | 332.049 |
| Comercial | 134.761 | 132.088 | 938.083 | 877.109 | 349.174 | 281.614 |
| Rural | 126.325 | 117.397 | 380.535 | 327.754 | 73.486 | 60.137 |
| Poder público: | | | | | | |
| Federal | 750 | 719 | 65.769 | 59.043 | 31.487 | 24.104 |
| Estadual | 7.534 | 7.223 | 101.859 | 92.103 | 34.498 | 27.168 |
| Municipal | 13.284 | 12.713 | 98.304 | 89.194 | 27.934 | 22.073 |
| Iluminação pública | 1.466 | 1.379 | 342.190 | 339.108 | 68.417 | 59.491 |
| Serviço público | 1.616 | 1.629 | 340.591 | 311.617 | 70.602 | 54.505 |
| Consumo próprio | 308 | 314 | 9.112 | 8.636 | - | - |
| Subtotal | 1.891.208 | 1.838.489 | 5.553.213 | 5.700.143 | 1.700.545 | 1.465.081 |
| Suprimento de energia elétrica | 7 | 7 | 668.343 | 792.581 | 71.701 | 74.795 |
| Fornecimento não faturado (líquido) | - | - | 5.430 | 7.493 | 10.664 | 5.275 |
| Diferença de reajuste tarifário | - | - | - | - | 40.650 | 6.339 |
| Disponib. do sist. de transm. e de distrib. | - | - | - | - | 82.495 | 34.195 |
| Outros receitas operacionais | - | - | - | - | 65.865 | 33.462 |
| Total | 1.891.215 | 1.838.496 | 6.226.986 | 6.500.217 | 1.971.920 | 1.619.147 |

(*) Somatório de consumidores da CFLCL, Energipe, CELB, Saelpa e CENF.

28 Gastos Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

| Natureza do Gasto | Controladora | | | | | | |
|---|----------------------|---------------|----------------------|-----------------------|--------------------|----------------|----------------|
| | Custo do Serviço | | | Despesas Operacionais | | Total | |
| | Com Energia Elétrica | De Operação | Prestado a Terceiros | Com Vendas | Gerais e Administ. | 2005 | 2004 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 98.863 | - | - | - | - | 98.863 | 102.293 |
| Encargo de uso sist. de trasm. e distribuição | 18.752 | - | - | - | - | 18.752 | 10.956 |
| Pessoal e administradores | - | 11.672 | 604 | 3.088 | 11.636 | 27.000 | 26.158 |
| Entidade de previdência privada | - | 37 | - | 6 | 298 | 341 | 337 |
| Material | - | 2.314 | 228 | 697 | 512 | 3.751 | 4.031 |
| Serviços de terceiros | - | 1.676 | 830 | 2.026 | 19.398 | 23.930 | 17.508 |
| Compensação financeira p/utilização rec. hídricos | - | 598 | - | - | - | 598 | 357 |
| Depreciação e amortização | - | 13.950 | - | 131 | 2.596 | 16.677 | 14.412 |
| Provisão p/ créd. liquidação duvidosa | - | - | - | 7.695 | - | 7.695 | 4.345 |
| Provisões para contingências | - | 864 | - | - | - | 864 | (232) |
| Conta de desenvolvimento energético – CDE | - | 8.437 | - | - | - | 8.437 | 5.929 |
| Quota de consumo de combustível – CCC | - | 9.591 | - | - | - | 9.591 | 8.265 |
| Outras | - | 4.180 | 220 | 208 | 4.284 | 8.892 | 7.201 |
| | 117.615 | 53.319 | 1.882 | 13.851 | 38.724 | 225.391 | 201.560 |

| Natureza do Gasto | Consolidado | | | | | | |
|---|----------------------|----------------|----------------------|-----------------------|--------------------|------------------|----------------|
| | Custo do Serviço | | | Despesas Operacionais | | Total | |
| | Com Energia Elétrica | De Operação | Prestado a Terceiros | Com Vendas | Gerais e Administ. | 2005 | 2004 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 474.641 | - | - | - | - | 474.641 | 425.520 |
| Encargo de uso sist. de trasm. e distribuição | 109.940 | - | - | - | - | 109.940 | 86.007 |
| Pessoal e administradores | - | 46.369 | 11.710 | 32.843 | 37.233 | 128.155 | 114.123 |
| Entidade de previdência privada | - | 3.857 | 5 | 2.957 | 7.229 | 14.048 | 14.208 |
| Material | - | 9.229 | 6.764 | 5.149 | 1.092 | 22.234 | 17.670 |
| Combustível para produção de energia elétrica | - | 23.982 | - | - | - | 23.982 | 18.504 |
| Serviços de terceiros | - | 7.301 | 8.517 | 19.025 | 49.205 | 84.048 | 64.333 |
| Compensação financeira p/utilização rec. hídricos | - | 598 | - | - | - | 598 | 357 |
| Depreciação e amortização | - | 57.028 | - | 665 | 8.714 | 66.407 | 60.167 |
| Provisão p/ créd. liquidação duvidosa | - | - | - | (6.147) | - | (6.147) | 19.420 |
| Provisões para contingências | - | (9.049) | - | - | 1.079 | (7.970) | 13.764 |
| Conta de desenvolvimento energético – CDE | - | 20.775 | - | - | - | 20.775 | 12.848 |
| Quota de consumo de combustível – CCC | - | 60.797 | - | - | - | 60.797 | 52.617 |
| Outras | - | 15.586 | 6.155 | 2.467 | 16.580 | 40.788 | 29.113 |
| | 584.581 | 236.473 | 33.151 | 56.959 | 121.132 | 1.032.296 | 928.651 |

29 Remuneração dos administradores

No exercício a remuneração dos administradores monta em R\$2.096 (R\$1.483 em 2004) na controladora e R\$9.125 (R\$7.449 em 2004) no consolidado.

30 Provisões para contingências

a) Controladora

| Contingência | 2005 | | | 2004 | | |
|---------------------|-------------------|--------------|--------------------------------|-------------------|--------------|--------------------------------|
| | Valor da Provisão | | Cauções e depósitos vinculados | Valor da Provisão | | Cauções e depósitos vinculados |
| | No exercício | Acumulada | | No exercício | Acumulada | |
| Longo Prazo: | | | | | | |
| Trabalhistas | 972 | 2.142 | 496 | 465 | 1.170 | 499 |
| Cíveis | 292 | 1.393 | - | (393) | 1.101 | - |
| Fiscais | - | 600 | - | (304) | 600 | - |
| TOTAL | 1.264 | 4.135 | 496 | (232) | 2.871 | 499 |

No exercício de 2005, o montante de R\$1.264 de acréscimo de provisão, R\$864 está contabilizado na rubrica "Provisão para contingências" e R\$400 como acréscimo em "Outras despesas financeiras".

No exercício de 2004, a reversão de provisão de R\$232 está contabilizado na rubrica "Provisão para contingências".

b) Consolidado

| Contingência | 2005 | | | 2004 | | |
|---------------------|-------------------|----------------|--------------------------------|-------------------|----------------|--------------------------------|
| | Valor da Provisão | | Cauções e depósitos vinculados | Valor da Provisão | | Cauções e depósitos vinculados |
| | No exercício | Acumulada | | No exercício | Acumulada | |
| Longo Prazo: | | | | | | |
| Trabalhistas | (6.342) | 43.651 | 57.298 | 12.586 | 49.993 | 49.521 |
| Cíveis | 6.460 | 43.033 | 8.624 | 4.629 | 36.573 | 6.584 |
| Fiscais | (4.497) | 18.238 | 4.128 | 2.076 | 22.735 | 4.128 |
| TOTAL | (4.379) | 104.922 | 70.050 | 19.291 | 109.301 | 60.233 |

No exercício de 2005, do montante de reversão de R\$4.379, R\$7.970 está contabilizado na rubrica "Provisão para contingências", R\$5.436 como acréscimo em "Outras despesas financeiras" e R\$1.845 foi transferido para o Passivo Circulante.

No exercício de 2004, do montante de R\$19.291 de acréscimo de provisão, R\$5.527 está contabilizado em "Outras despesas financeiras" e R\$13.764 em "Provisão para contingências".

. Contingências trabalhistas

Durante o exercício de 2005, foi efetuada análise específica dos processos trabalhistas em andamento por assessoria jurídica independente e, em consequência disto, constatou-se a necessidade de provisão adicional para cobrir prováveis perdas. A maioria dessas ações tem por objeto pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

No exercício, a controlada Saelpa reverteu provisão da ordem de R\$12.309.

. Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia e suas controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor do diferencial pago à época.

. Fiscais

Refere-se basicamente a provisão de COFINS, sendo certo que, além desse tributo, as contingências fiscais da CELB envolvem discussões relacionadas, basicamente, a INSS, PIS/PASEP, ISS, ICMS e CSLL. Referidos processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração, baseada no parecer de seus consultores jurídicos, entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos referidos consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota para a CFLCL e suas controladas.

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$6.809 (R\$2.450 em 2004), na controladora e R\$67.191 (R\$46.733 em 2004) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

ICMS de subvenções de baixa renda

O convênio Confaz 79/04, publicado no DOU de 30 de setembro de 2004, autoriza aos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraíba, entre outros, a dispensar de multas e juros relativos ao ICMS sobre a subvenção econômica concedida aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda do período de 01 de maio 2002 até 31 de dezembro 2004 (Minas Gerais) e 31 de agosto de 2004 (Rio de Janeiro e Paraíba). O Estado de Sergipe, não foi signatário do referido convênio.

O Secretário da Fazenda do Estado da Paraíba pleiteou junto ao CONFAZ isenção de ICMS sobre a subvenção concedida aos consumidores de baixa renda.

Baseado na opinião de seus consultores jurídicos, que classificam a causa como êxito possível, a Administração não constituiu provisão sobre essa contingência. Há que se ressaltar, que por prudência, a CFLCL e CENF passaram a incidir o ICMS sobre a subvenção econômica dos consumidores baixa renda a partir do faturamento de novembro de 2004 e a Saelpa e Celb a partir de dezembro 2004. A Administração vem mantendo contatos com os Governos Estaduais visando a desobrigação do recolhimento do ICMS do período retroativo. Apresentamos a seguir os valores do ICMS não recolhido pelas empresas do Sistema Cataguazes Leopoldina.

| Empresa | Período | ICMS |
|----------------|-------------------|-------------|
| CFLCL | 05/2002 a 10/2004 | 1.835 |
| CENF | 05/2002 a 10/2004 | 491 |
| Saelpa | 05/2002 a 11/2004 | 11.885 |
| Celb | 05/2002 a 10/2004 | 1.924 |
| Energipe | 05/2002 a 12/2005 | 14.958 |
| Total | | 31.093 |

Procedimento arbitral

Conforme mencionado na nota explicativa nº 38, foram extintas todas as ações judiciais movidas pelo sócio Energia do Brasil Participações Ltda, atual denominação da Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda.

Com base nesta decisão, a provisão constituída em setembro de 2005 no valor de R\$6.666, referente ao Laudo Arbitral emitido pela International Chamber of Commerce – “ICC”, foi revertida em dezembro de 2005.

31 Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas, consideradas pela Administração suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações.

As apólices de Risco Nomeados e Responsabilidade Civil, são contratadas em conjunto com as controladas, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

| Ramos | Data de Vencimento | 2005 | | |
|--|---------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------|
| | | Cobertura Securitária | Prêmio Anual Pago | |
| | | Consolidado | Controladora | Consolidado |
| Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Vendaval, Furacão, Fumaça, Tumulto, Riscos Diversos e Equipamentos Móveis.. | 23/10/2006 | 17.580 | 205 | 522 |
| Responsabilidade Civil Geral | 23/10/2006 | 15.040 | 122 | 627 |
| Automóveis - Danos Materiais e Corporais | 23/10/2006 | Até R\$200 mil/veículo | 57 | 275 |
| Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais | 01/12/2006 | 42.435 | 158 | 500 |
| | | | 542 | 1.924 |

32 Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas Energipe, Celb, Cenf, Saelpa e Cat-Leo Serviços são arrendatárias de veículos e equipamentos de informática, com opção de compra, mediante contratos de arrendamento mercantil cujo saldo em

31 de dezembro de 2005 monta em R\$1.210 na controladora e R\$12.688 no consolidado, com taxas de juros de CDI + 6,4% a.a.

As prestações dos contratos vencem entre janeiro de 2006 e julho de 2009 e vêm sendo provisionadas em base mensal.

No exercício de 2005, essas despesas montaram a R\$743 (R\$480 em 2004) na controladora e R\$2.127 (R\$480 em 2004) no consolidado.

33 Instrumentos financeiros (Instrução CVM n.º 235/95)

a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo tornar as operações de crédito menos onerosas e a proteção do resultado das operações ativas e passivas da CFLCL e suas controladas.

A administração avalia que os riscos não são relevantes, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados. Adicionalmente, a CFLCL e suas controladas monitoram regularmente as operações envolvendo derivativos, com vistas a otimizar os resultados.

b - Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes às operações com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, estão compatíveis com o valor de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro. A CFLCL e suas controladas não têm financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação. Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os valores de mercado.

c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da CFLCL e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a CFLCL e suas controladas monitoram as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Moeda estrangeira

Possibilidade de perdas por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado.

Taxas de Juros

No exercício de 2005, a CFLCL e suas controladas Energipe, CELB e Saelpa, visando assegurar que oscilações não afetem seus resultados e fluxo de caixa, possui operações de duplo indexador, que reflete "swap" cambial no valor nominal total contratado de 39,7 e 85,4 milhões de dólares, controladora e consolidado respectivamente, com encargos equivalentes a variação cambial menos juros de até 7% a.a. ou 90% do CDI, o que for maior. O referido "swap" possui ponta ativa equivalente à variação do CDI, acrescido de "spread" de até 3,5% a.a. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foi apurado resultado positivo nas operações de "swap" cambial no montante de R\$3.490 e R\$1.055, contabilizados no resultado financeiro da controladora e consolidado respectivamente.

34 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, Saelpa e CELB são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CFLCL e CENF) e de benefício definido (Energipe, Saelpa e CELB). Os planos de benefícios definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

| Empresa | Plano Beneficiário | Contribuição Anual | | % s/ folha de pagamento | Superávit (Déficit) Atuarial | |
|----------|--------------------|--------------------|-------|-------------------------|------------------------------|---------------|
| | | 2005 | 2004 | | 2005 | 2004 |
| CFLCL | Cat-Leo | 341 | 337 | 2,10 | - | - |
| CENF | Cat-Leo | 28 | 15 | 2,10 | - | - |
| Energipe | Inergus | 1.578 | 1.815 | 7,53 | (30.433) | (**) (25.507) |
| Saelpa | Funasa | 3.838 | 4.275 | 13,80 | (30.630) | (**) (27.426) |
| CELB | (*) | 133 | 130 | 3,40 | 1.090 | 837 |

(*) Administrado pelo BB Previdência

(**) No consolidado, R\$10.391 (R\$13.546 em 2004), foram contabilizados no passivo circulante em "outras contas a pagar", R\$50.672 (R\$39.387 em 2004) no exigível a longo prazo.

O Ativo referente ao plano da CELB não foi registrado.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo, contratado pelo Inergus e Funasa, o qual emitiu pareceres datados de 24 de fevereiro e 13 de março de 2006, respectivamente, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração das Fundações.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, de acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação 371 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

| | Inergus | | Funasa | | CELB | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------|-------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Valor presente das obrigações atuariais | (76.713) | (79.304) | (105.747) | (98.354) | (2.095) | (1.649) |
| Valor justo dos ativos do plano | 49.427 | 32.370 | 55.924 | 47.966 | 3.493 | 3.100 |
| Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos | (27.286) | (46.934) | (49.823) | (50.388) | 1.398 | 1.451 |
| (Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos | (3.147) | 21.427 | 19.193 | 22.962 | (308) | (614) |
| Ativo (passivo) líquido | (30.433) | (25.507) | (30.630) | (27.426) | 1.090 | 837 |

Demonstração das despesas para o exercício de 2006, segundo critérios da Deliberação 371 da CVM:

| | Inergus | Funasa | Celb |
|---------------------------------------|----------------|---------------|-------------|
| Custo do serviço corrente | 2.114 | 1.611 | 167 |
| Custo dos juros | 7.648 | 11.153 | 230 |
| Rendimento esperado do ativo do plano | (5.236) | (5.893) | (384) |
| Perdas atuarias não reconhecidas | 620 | 259 | - |
| Contribuições dos empregados | (1.337) | (548) | (92) |
| Despesas previstas para 2006 | 3.809 | 6.582 | (79) |

Demonstração da movimentação do passivo da patrocinadora líquido do exercício:

| | Inergus | Funasa | Celb |
|--|----------------|---------------|----------------|
| (Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício | 25.507 | 27.426 | (837) |
| Despesas correntes | 6.504 | 7.042 | (115) |
| Contribuições da Companhia | (1.578) | (3.838) | (138) |
| (Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício | 30.433 | 30.630 | (1.090) |

Em 31 de dezembro de 2005 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

| | Inergus | Funasa | Celb |
|---|----------------|---------------|--------------|
| Valor justo dos ativos no início do exercício | 32.370 | 47.966 | 3.100 |
| Benefícios pagos | (6.569) | (8.468) | (95) |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | 1.213 | 854 | 93 |
| Contribuições da patrocinadora vertidas no ano | 1.578 | 3.838 | 138 |
| Rendimento efetivo dos ativos | 20.835 | 11.734 | 257 |
| Valor justo dos ativos no final do exercício | 49.427 | 55.924 | 3.493 |

Demonstração do valor presente das obrigações:

| | Inergus | Funasa | Celb |
|--|----------------|----------------|--------------|
| Saldo no início do exercício | 79.304 | 98.354 | 1.649 |
| Benefícios pagos no ano | (6.569) | (8.468) | (95) |
| Juros sobre obrigação atuarial | 8.407 | 10.378 | 181 |
| Custo do serviço corrente (com juros) | 1.509 | 1.554 | 146 |
| Ganhos (perdas) nas obrigações atuariais | (5.938) | 3.928 | 214 |
| Saldo no final do exercício | 76.713 | 105.746 | 2.095 |

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

| | <u>Energipe</u> | <u>Saelpa</u> | <u>Celb</u> |
|--|-----------------|---------------|-------------|
| Taxa de desconto atuarial | 6% a.a. | 6% a.a. | 6% a.a. |
| Taxa de rendimento esperado dos ativos | 11% a.a. | 11% a.a. | 11% a.a. |
| Reajuste do benefício | 0% a.a. | 0% a.a. | 0% a.a. |
| Crescimento salarial | 0,5% a.a. | 0,5% a.a. | 0,5% a.a. |
| Inflação projetada | 5% a.a. | 5% a.a. | 5% a.a. |

Hipóteses Demográficas

| | <u>Energipe</u> | <u>Saelpa</u> | <u>Celb</u> |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|---------------|
| Tábua de mortalidade | UP-84 | UP-84 | UP-84 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | CS058 | IAPC | IAPC |
| Tábua de entrada em invalidez | IAPB-57 | IAPB-57 | Álvaro Vindas |

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energipe, CELB e Saelpa aos seus empregados:

| <u>Descrição</u> | <u>Energipe</u> | <u>Saelpa</u> | <u>Celb</u> |
|------------------------------------|-----------------|---------------|-------------|
| Participantes Ativos | | | |
| Número | 827 | 566 | 74 |
| Idade Média | 34,88 | 43,44 | 38,7 |
| Tempo de participação (anos) | 9,53 | 19,34 | 6,8 |
| Salário de Participação Médio | R\$1.873 | R\$1.732 | R\$2.401 |
| Participantes Assistidos | | | |
| Número | 316 | 480 | 5 |
| Idade Média | 59,19 | 64,56 | 59,40 |
| Benefício Médio Mensal | R\$1.265 | R\$1.206 | R\$1.466 |
| Pensionistas | | | |
| Número de Pensionistas | 69 | 175 | 3 |
| Benefício Médio por Grupo Familiar | R\$676 | R\$498 | R\$238 |

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 22, as respectivas patrocinadoras têm contratos firmados com o Inergus e Funasa relacionados a financiamentos junto a estes planos.

35 Resultado não operacional

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|--------------|--------------------|--------------|
| | <u>2005</u> | <u>2004</u> | <u>2005</u> | <u>2004</u> |
| Receita | | | | |
| Venda de ativos: | | | | |
| . Ações da Catleo Energia | 175.931 | - | 175.931 | - |
| Ganho na desativação | - | 751 | 31 | 7.585 |
| Outros | 1.907 | 622 | 17.151 | 752 |
| Total | <u>177.838</u> | <u>1.373</u> | <u>193.113</u> | <u>8.337</u> |
| Despesa | | | | |
| Custo das ações alienadas: | | | | |
| . Ações da Catleo Energia | 139.189 | - | 139.189 | - |
| . Ações de investimentos alienados | - | 2.325 | 6.869 | 2.325 |
| Provisão para perda na realização de investimentos | 4.000 | 533 | 4.533 | 533 |
| Perda na desativação | 85 | 512 | 689 | 3.119 |
| Outros | 1.108 | 729 | 664 | 1.896 |
| Total | <u>144.382</u> | <u>4.099</u> | <u>151.944</u> | <u>7.873</u> |

Em 14 de abril de 2005, a CFLCL alienou as ações representativas de 100%

(cem por cento) do capital social da Cat-Leo Energia S.A. para a Brscan Energética S/A. Essa operação resultou em uma receita de venda no valor de R\$175.931 e um lucro não operacional, líquido dos custos contábeis dos ativos vendidos (R\$139.189), no valor de R\$36.742.

Essa operação foi efetuada, mediante o recebimento de R\$175.931 e a transferência de R\$89.325 em financiamentos juntos ao BNDES, que estavam registrados no passivo daquela empresa.

36 Concessão do serviço público de energia elétrica

A CFLCL e suas controladas assinaram com a ANEEL contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica, renováveis pelo mesmo prazo de concessão, com as seguintes características:

| Empresa | Data do Contrato | Prazo de Concessão | Término da Concessão |
|----------|------------------|--------------------|----------------------|
| CFLCL | 18/06/1999 | 20 anos (*) | 07/07/2015 |
| CENF | 18/06/1999 | 20 anos (*) | 07/07/2015 |
| Energipe | 23/12/1997 | 30 anos | 23/12/2027 |
| CELB | 04/02/2000 | 30 anos | 04/02/2030 |
| Saelpa | 15/01/2001 | 30 anos | 15/01/2031 |

(*) Contados a partir de 07 de julho de 1995.

37 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.306/2004 – SFF/ANEEL, de 24/12/2004, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

Em atendimento ao Ofício Circular n.º 838/2000 da ANEEL, apresenta-se as demonstrações dos resultados de atividades de geração, distribuição e da atividade atípica - participação societária permanente:

| | 2005 | | | 2004 | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | Não auditado | | | Total | Total |
| | Geração | Distribuição | Ativ. Atípica | | |
| Receita operacional | | | | | |
| Fornecimento de energia elétrica | 11.507 | 351.422 | - | 362.929 | 306.904 |
| Suprimento de energia elétrica | - | 5.824 | - | 5.824 | 4.041 |
| Disponibilização do sist. de transm. e de distribuição | - | 18.419 | - | 18.419 | 8.951 |
| Outras Receitas Operacionais | 34 | 17.122 | - | 17.156 | 13.235 |
| | <u>11.541</u> | <u>392.787</u> | <u>-</u> | <u>404.328</u> | <u>333.131</u> |
| Deduções da receita operacional | | | | | |
| ICMS | - | 73.426 | - | 73.426 | 62.232 |
| PIS | 511 | 5.729 | - | 6.240 | 3.867 |
| COFINS | 2.357 | 26.388 | - | 28.745 | 21.117 |
| ISS | 2 | 547 | - | 549 | 547 |
| Quotas para RGR | 1.540 | 2.173 | - | 3.713 | 3.807 |
| | <u>4.410</u> | <u>108.263</u> | <u>-</u> | <u>112.673</u> | <u>91.570</u> |

| | | | | | |
|---|--------------|------------------|----------------|------------------|-----------------|
| Receita operacional líquida | 7.131 | 284.524 | - | 291.655 | 241.561 |
| Custo do serviço de energia elétrica | | | | | |
| Custo com energia elétrica | - | 117.615 | - | 117.615 | 113.249 |
| Energia elétrica comprada para revenda | - | 98.863 | - | 98.863 | 102.293 |
| Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição | | 18.752 | - | 18.752 | 10.956 |
| Custo de operação | 4.511 | 48.808 | - | 53.319 | 42.889 |
| Pessoal e administradores | 1.195 | 10.514 | - | 11.709 | 9.233 |
| Material | 265 | 2.049 | - | 2.314 | 1.896 |
| Serviços de terceiros | 388 | 1.288 | - | 1.676 | 2.333 |
| Compensação financ. p/utilização de rec. hídricos | 598 | - | - | 598 | 357 |
| Conta de consumo de combustível - CCC | - | 9.591 | - | 9.591 | 8.265 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | - | 8.437 | - | 8.437 | 5.929 |
| Depreciação e amortização | 1.766 | 12.184 | - | 13.950 | 13.321 |
| Provisão para contingências e devedores duvidosos | - | 864 | - | 864 | 53 |
| Outras | 299 | 3.881 | - | 4.180 | 1.502 |
| Custo do serviço prestado a terceiros | 193 | 1.689 | - | 1.882 | 2.485 |
| | 4.704 | 168.112 | - | 172.816 | 158.623 |
| Lucro operacional bruto | 2.427 | 116.412 | - | 118.839 | 82.938 |
| Despesas operacionais | | | | | |
| Despesas com vendas | - | 13.851 | - | 13.851 | 10.812 |
| Despesas gerais e administrativas | 2.868 | 35.856 | - | 38.724 | 32.125 |
| | 2.868 | 49.707 | - | 52.575 | 42.937 |
| Resultado do serviço | (441) | 66.705 | - | 66.264 | 40.001 |
| Receitas (despesas) financeiras | | | | | |
| Receita de aplicações financeiras | - | 4.158 | - | 4.158 | 3.290 |
| Variação monetária acrésc moratório energia vendida | - | 3.852 | - | 3.852 | 3.822 |
| Encargos de dívidas | - | (62.915) | (9.648) | (72.563) | (74.025) |
| (-) Transferência para obras em curso | - | 186 | - | 186 | 981 |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | 2.119 | 2.119 | 13 |
| Outras receitas (despesas) | - | (52.218) | 514 | (51.704) | (27.596) |
| | - | (106.937) | (7.015) | (113.952) | (93.515) |
| Ágio | - | - | (1.199) | (1.199) | (894) |
| Equivalência patrimonial | - | - | 57.985 | 57.985 | 37.099 |
| Resultado operacional | (441) | (40.232) | 49.771 | 9.098 | (17.309) |
| Resultado não operacional | | | | | |
| Receita não operacional | - | 1.907 | 175.931 | 177.838 | 1.373 |
| Despesa não operacional | 452 | 4.137 | 139.793 | 144.382 | 4.099 |
| | (452) | (2.230) | 36.138 | 33.456 | (2.726) |

| | | | | | |
|---|--------------|-----------------|---------------|---------------|-----------------|
| Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e da reversão dos juroa sobre o capital próprio | (893) | (42.462) | 85.909 | 42.554 | (20.035) |
| Contribuição social | 54 | 2.567 | (2.621) | - | - |
| Imposto de renda | 149 | 7.063 | (7.305) | (93) | - |
| Lucro (prejuízo) líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio | (690) | (32.832) | 75.983 | 42.461 | (20.035) |
| Participação de empregados e administradores | - | (1.797) | - | (1.797) | - |
| Reversão dos juros sobre o capital próprio | - | - | (2.119) | (2.119) | (13) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (690) | (34.629) | 73.864 | 38.545 | (20.048) |

38 Eventos subsequentes

Alteração acionária

A Companhia e suas controladas tomaram conhecimento que Sobrapar Sociedade Brasileira de Organização e Participações Ltda. e seu controlador o Sr. Antonio José de Almeida Carneiro adquiriram, em 19 de janeiro de 2006, a totalidade das quotas representativas do capital social da Energia do Brasil Participações Ltda., nova denominação da Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. (Energia do Brasil). A Energia do Brasil detém as seguintes participações societárias:

- 40,2% do capital social da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL);
- 49,9% do capital social da Gipar S.A. (controladora da CFLCL);
- 50% do capital social da UTEJF S.A. (controlada indireta da CFLCL);
- 45,5% do capital social da Energisa S.A. (controlada da CFLCL);
- 49,9% do capital social da PBPart – SE 1 S.A. (controlada da Energisa).

Os compradores informaram ao mercado, na forma do art. 12 da Instrução CVM nº 358, que negociaram a aquisição da participação da Energia do Brasil nas companhias como investimento a longo prazo e não possuem quantidade visada pré-determinada para os seus investimentos.

Por fim, vale ressaltar que os compradores informaram que não têm interesse em dar seguimento às controvérsias iniciadas pela Energia do Brasil em face dos acionistas controladores da CFLCL e suas subsidiárias, tendo já extinguido todas as ações judiciais que estavam em curso de forma definitiva, sem que as mesmas venham a repetir-se, ou sejam sucedidas por novas reclamações. Os compradores informaram ainda, que a renúncia das ações inclui também declarações junto a ANEEL, CVM e corte de arbitragem, com o fim de informar que não irá dar seguimento às reclamações eventualmente em curso nem tampouco à execução forçada da decisão proferida no processo arbitral promovido pela então Alliant Energy Holdings do Brasil contra a Companhia e outras sociedades, objeto de fato relevante publicado em 19/1/2006, razão pela qual não consta nas demonstrações financeiras qualquer provisão para atender eventual obrigação resultante desse processo arbitral.

Aumento de capital

Em reunião do Conselho de Administração de 21 de fevereiro de 2006, foi aprovado um aumento de capital de R\$100.000, mediante a subscrição privada pelos atuais acionistas de 43.859.650.000 de novas ações ordinárias. Os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais terão direito de preferência de acordo com os respectivos percentuais de participação no capital social da companhia. O direito de preferência iniciou-se em 22 de fevereiro 2006, com previsão de encerramento em 23 de março de 2006. Entretanto, em 22 de março de 2006, a CFLCL tomou conhecimento das decisões judiciais de caráter liminar, proferidas nos autos de duas ações cautelares inominadas, propostas por (i) Fundação dos Economistas Federais – Funcef, e (ii) Fondelec Essential Services Growth Fund, L.P. e The Latin America Energy and Electricity Fund I, L.P.. A decisão liminar na primeira ação foi no sentido de suspender o aumento de capital da CFLCL; a segunda, no sentido de determinar a abstenção da prática de quaisquer atos tendentes a implementar o referido aumento de capital. Desta forma, em atendimento às referidas decisões judiciais, foram suspensos quaisquer atos relacionados à implementação do aumento de capital. A CFLCL está estudando as medidas a serem tomadas e manterá seus acionistas e o mercado informados acerca da evolução desta questão.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da
Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina
Cataguazes – MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e controladas (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e controladas (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$65.925 mil (R\$225.029 mil em 2004) e R\$163.358 mil (R\$555.803 mil em 2004), controladora e consolidado, e um endividamento de curto e longo prazo, apresentado nas rubricas “encargos de dívidas”, “empréstimos e financiamentos” e “debêntures”, no montante de R\$349.357 mil (R\$392.039 mil, em 2004) e R\$1.305.754 mil (R\$1.240.608 mil, em 2004), controladora e consolidado, que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações individuais e consolidadas dos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, prosseguindo com o programa de reestruturação de dívidas, a Administração concluiu, em abril de 2005, o processo de venda de sua investida Cat-Leo Energia S.A., o que representou uma entrada de caixa de R\$175.931 mil e uma redução do endividamento consolidado de R\$89.325 mil. Além disso, a Companhia e suas controladas realizaram captações de recursos exigíveis a longo prazo através da distribuição pública de 700 cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Sistema Cataguazes-Leopoldina FIDC), no valor total de R\$210.000 mil e firmaram contrato de financiamento no montante de R\$130.000 mil, mediante Cédula de Crédito Bancário – CCB. Na avaliação da Administração, essas transações associadas à existência de projeções internas de resultados positivos serão suficientes para adequar a liquidez à manutenção das operações da Companhia e de suas controladas, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e seus respectivos encargos financeiros.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a ANEEL fixou os reposicionamentos tarifários, em caráter provisório, da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e de suas controladas Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (“CENF”) e Empresa Energética de Sergipe S.A. (“Energipe”), resultando em aumento de 12,66%, 18,00% e 35,61%, respectivamente, aplicáveis sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 18 de junho de 2004 para a Companhia e a CENF e a partir 22 de abril de 2003 para Energipe. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a ANEEL alterou, em caráter definitivo, os percentuais da Companhia, CENF e Energipe para 21,67%, 25,24% e 33,64%, respectivamente. Essa alteração resultou no incremento da receita nos montantes de R\$ 30.854 mil e R\$5.009 mil da Companhia e da CENF, respectivamente, e na redução da receita da Energipe no montante de R\$8.599, ambos refletidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2005.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. – UTEJF tem registrado no ativo créditos de gás combustível no montante de R\$26.197 mil (R\$22.154 mil em 31 de dezembro de 2004), que precisam ser consumidos em até sete anos. A Administração, baseada em projeções internas, prevê que a UTE-JF não utilizará parte dos créditos de gás antes do prazo máximo de prescrição e, portanto, constituiu provisão para perdas no montante de R\$2.611 mil. Em 31 de dezembro de 2005, a realização do ativo remanescente depende da confirmação futura das referidas projeções internas, que prevêem a geração de energia elétrica em capacidade plena nos próximos exercícios.
7. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possui créditos no montante líquido de R\$10.582 mil, já deduzido de R\$4.000 mil de provisão para perdas, (R\$13.228 mil em 2004) referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) concedidos à controlada Teleserv S.A., devido ao atual nível de suas operações, vir apresentando prejuízos nos últimos exercícios. A controlada implementou um produto que objetiva complementar sua atividade principal de negócios e a Administração, baseada nas projeções que incluem o sucesso deste produto, avalia que a controlada irá obter a lucratividade necessária para recuperar o valor do ativo líquido registrado como AFAC pela Companhia.
8. Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, determinados acionistas minoritários ingressaram em juízo questionando os efeitos da Assembléia Geral Extraordinária – AGE de 9 de dezembro de 2003 que, dentre outras, deliberou a redução do capital social no montante de R\$74.358 mil, com absorção de prejuízos do exercício em curso e acumulados. Caso a decisão judicial final do processo judicial venha negar os efeitos da AGE, os registros contábeis referentes à redução de capital reconhecida nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2003 e mantidos em 31 de dezembro de 2005 poderão ser revistos.

9. Conforme mencionado na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas solicitaram à ANEEL a prorrogação do prazo de 24 de março para 30 de outubro de 2006, previsto na Resolução 313/05 para segregação das atividades de geração, distribuição de energia e participações em outras sociedades.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/S-MG

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517-3/S-MG